

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	86
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	79.676
Preferenciais	0
Total	79.676
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	753.192	823.968
1.01	Ativo Circulante	470.601	245.917
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	123	67
1.01.02	Aplicações Financeiras	246.610	203.744
1.01.03	Contas a Receber	24.247	23.337
1.01.03.01	Clientes	1.489	1.398
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.758	21.939
1.01.03.02.01	Ativo de Contrato	6.359	6.284
1.01.03.02.02	Devedores Diversos	16.399	15.655
1.01.04	Estoques	189	18
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.528	6.756
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.528	6.756
1.01.07	Despesas Antecipadas	156	42
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	190.748	11.953
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.818	11.953
1.01.08.01.02	Outros	9.818	11.953
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	180.930	0
1.01.08.02.01	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	180.930	0
1.02	Ativo Não Circulante	282.591	578.051
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	169.859	191.935
1.02.01.04	Contas a Receber	166.010	191.935
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	110.043	133.636
1.02.01.04.03	Ativo de Contrato	55.967	58.299
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.849	0
1.02.02	Investimentos	100.333	373.315
1.02.02.01	Participações Societárias	100.333	373.315
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	100.333	373.315
1.02.03	Imobilizado	5.455	5.931
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.455	5.931
1.02.04	Intangível	6.944	6.870

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	753.192	823.968
2.01	Passivo Circulante	8.337	7.172
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.387	3.381
2.01.01.01	Obrigações Sociais	75	76
2.01.01.01.02	Encargos Sociais	75	76
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.312	3.305
2.01.02	Fornecedores	1.164	1.168
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.164	1.168
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.249	1.924
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.249	1.924
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.249	1.924
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	371	632
2.01.05	Outras Obrigações	166	67
2.01.05.02	Outros	166	67
2.01.05.02.04	Outros Credores	166	67
2.02	Passivo Não Circulante	5.934	33.237
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	127
2.02.02	Outras Obrigações	170	128
2.02.02.02	Outros	170	128
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	170	128
2.02.03	Tributos Diferidos	4.099	32.509
2.02.04	Provisões	1.665	473
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.487	308
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.487	308
2.02.04.02	Outras Provisões	178	165
2.03	Patrimônio Líquido	738.921	783.559
2.03.01	Capital Social Realizado	602.351	602.351
2.03.04	Reservas de Lucros	181.209	181.208
2.03.04.01	Reserva Legal	60.428	60.428
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	100.305	100.304
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	20.476	20.476
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.639	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.660	14.290	4.646	15.327
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.283	-5.864	-2.650	-8.078
3.03	Resultado Bruto	2.377	8.426	1.996	7.249
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-118.140	-133.024	-10.130	-5.960
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.546	-24.622	-7.369	-22.347
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-121.150	-137.429	-11.186	-10.041
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.556	29.027	8.425	26.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-115.763	-124.598	-8.134	1.289
3.06	Resultado Financeiro	9.680	47.907	7.086	19.068
3.06.01	Receitas Financeiras	9.700	47.982	7.112	19.153
3.06.02	Despesas Financeiras	-20	-75	-26	-85
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-106.083	-76.691	-1.048	20.357
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	40.538	32.052	3.220	2.053
3.08.01	Corrente	0	0	-108	-131
3.08.02	Diferido	40.538	32.052	3.328	2.184
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-65.545	-44.639	2.172	22.410
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-65.545	-44.639	2.172	22.410
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,82	-0,56	0,028	0,288

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-65.545	-44.639	2.172	22.410
4.03	Resultado Abrangente do Período	-65.545	-44.639	2.172	22.410

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.857	-1.946
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.857	-1.946
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	36.530	341
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-465	-440
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42.922	-2.045
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	203.811	194.317
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	246.733	192.272

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	602.351	0	181.208	0	0	783.559
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	602.351	0	181.208	0	0	783.559
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1	0	0	0	1
5.04.06	Dividendos	0	1	0	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.639	0	-44.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.639	0	-44.639
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	602.351	1	181.208	-44.639	0	738.921

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	602.351	70.127	73.593	0	0	746.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	602.351	70.127	73.593	0	0	746.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1	0	0	1
5.04.08	Reversão de Dividendos por Prescrição - Ano 2020	0	0	1	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.410	0	22.410
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.410	0	22.410
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	602.351	70.127	73.594	22.410	0	768.482

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	16.190	18.390
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.414	13.036
7.01.02	Outras Receitas	77	1.145
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.699	4.209
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.397	-23.087
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-845	-1.650
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.014	-8.778
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-114.347	0
7.02.04	Outros	-25.191	-12.659
7.03	Valor Adicionado Bruto	-131.207	-4.697
7.04	Retenções	-761	-782
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-761	-782
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-131.968	-5.479
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	78.483	46.426
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.027	26.428
7.06.02	Receitas Financeiras	30.343	19.939
7.06.03	Outros	19.113	59
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-53.485	40.947
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-53.485	40.947
7.08.01	Pessoal	16.811	15.524
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.062	12.913
7.08.01.02	Benefícios	1.696	1.657
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.053	954
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-25.991	2.831
7.08.02.01	Federais	-26.284	2.473
7.08.02.02	Estaduais	26	13
7.08.02.03	Municipais	267	345
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	334	182
7.08.03.01	Juros	154	61
7.08.03.02	Aluguéis	154	97
7.08.03.03	Outras	26	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-44.639	22.410
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.639	22.410

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	778.530	844.625
1.01	Ativo Circulante	360.777	259.739
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	123	67
1.01.02	Aplicações Financeiras	257.405	207.768
1.01.03	Contas a Receber	40.329	33.751
1.01.03.01	Clientes	3.124	2.601
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.205	31.150
1.01.03.02.01	Serviços em Curso	251	198
1.01.03.02.02	Empréstimos	16.399	15.655
1.01.03.02.03	Ativo de Contrato	20.555	15.297
1.01.04	Estoques	232	59
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.883	6.760
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.883	6.760
1.01.07	Despesas Antecipadas	291	130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	53.514	11.204
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	43.586	0
1.01.08.01.01	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	43.586	0
1.01.08.03	Outros	9.928	11.204
1.02	Ativo Não Circulante	417.753	584.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	304.955	275.399
1.02.01.04	Contas a Receber	206.851	171.392
1.02.01.04.03	Empréstimos	18.915	31.241
1.02.01.04.04	Ativo de Contrato	187.936	140.151
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.849	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	5
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	94.255	104.002
1.02.01.10.03	Investimentos Temporários	1.565	1.429
1.02.01.10.04	Outros Ativos	92.690	102.573
1.02.02	Investimentos	100.333	296.686
1.02.02.01	Participações Societárias	100.333	296.686
1.02.03	Imobilizado	5.458	5.931
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.458	5.931
1.02.04	Intangível	7.007	6.870
1.02.04.01	Intangíveis	7.007	6.870

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	778.530	844.625
2.01	Passivo Circulante	12.015	10.269
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.620	3.396
2.01.02	Fornecedores	1.459	1.361
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.459	1.361
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.719	2.152
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.921	3.185
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.921	3.185
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.921	3.185
2.01.05	Outras Obrigações	296	175
2.01.05.02	Outros	296	175
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32	33
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	101	92
2.01.05.02.05	Outros Passivos	163	50
2.02	Passivo Não Circulante	27.594	50.797
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.042	10.025
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.042	10.025
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.042	10.025
2.02.02	Outras Obrigações	577	295
2.02.02.02	Outros	577	295
2.02.02.02.03	Encargos Setoriais	577	295
2.02.03	Tributos Diferidos	14.129	38.670
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.129	38.670
2.02.04	Provisões	4.846	1.807
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.668	1.642
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.668	1.642
2.02.04.02	Outras Provisões	178	165
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	738.921	783.559
2.03.01	Capital Social Realizado	602.351	602.351
2.03.04	Reservas de Lucros	181.209	181.208
2.03.04.01	Reserva Legal	60.428	60.428
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	100.305	100.304
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	20.476	20.476
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.639	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.431	28.162	7.575	24.406
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.981	-11.868	-3.452	-10.092
3.03	Resultado Bruto	4.450	16.294	4.123	14.314
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-120.018	-140.323	-11.998	-12.131
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.165	-26.482	-7.819	-23.556
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-119.123	-135.402	-11.397	-10.252
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.270	21.561	7.218	21.677
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-115.568	-124.029	-7.875	2.183
3.06	Resultado Financeiro	9.812	48.127	6.951	18.544
3.06.01	Receitas Financeiras	10.047	48.884	7.227	19.437
3.06.02	Despesas Financeiras	-235	-757	-276	-893
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-105.756	-75.902	-924	20.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	40.211	31.263	3.096	1.683
3.08.01	Corrente	-177	-525	-194	-402
3.08.02	Diferido	40.388	31.788	3.290	2.085
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-65.545	-44.639	2.172	22.410
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-65.545	-44.639	2.172	22.410
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-65.481	-44.595	2.170	22.388
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-64	-44	2	22

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-65.545	-44.639	2.172	22.410
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-65.545	-44.639	2.172	22.410
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-65.481	-44.595	2.170	22.388
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-64	-44	2	22

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.538	2.331
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.539	341
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.988	-3.108
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.089	-436
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	211.439	196.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	257.528	195.859

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	602.351	0	181.208	0	0	783.559	0	783.559
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	602.351	0	181.208	0	0	783.559	0	783.559
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1	0	0	1	0	1
5.04.06	Dividendos	0	0	1	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.639	0	-44.639	0	-44.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.639	0	-44.639	0	-44.639
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	602.351	0	181.209	-44.639	0	738.921	0	738.921

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	602.351	70.127	73.593	0	0	746.071	0	746.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	602.351	70.127	73.593	0	0	746.071	0	746.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1	0	0	1	0	1
5.04.08	Reversão de Dividendos por Prescrição	0	0	1	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.410	0	22.410	0	22.410
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.410	0	22.410	0	22.410
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	602.351	70.127	73.594	22.410	0	768.482	0	768.482

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	32.429	27.929
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28.021	22.640
7.01.02	Outras Receitas	2.152	1.145
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.699	4.209
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-443	-65
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-153.033	-25.641
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-845	-1.650
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.724	-10.879
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-114.347	0
7.02.04	Outros	-27.117	-13.112
7.03	Valor Adicionado Bruto	-120.604	2.288
7.04	Retenções	-764	-783
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-764	-783
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-121.368	1.505
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.921	41.965
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.561	21.677
7.06.02	Receitas Financeiras	31.247	20.229
7.06.03	Outros	19.113	59
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-49.447	43.470
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-49.447	43.470
7.08.01	Pessoal	18.207	16.227
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.189	13.447
7.08.01.02	Benefícios	1.878	1.785
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.140	995
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-24.074	3.808
7.08.02.01	Federais	-24.384	3.446
7.08.02.02	Estaduais	42	17
7.08.02.03	Municipais	268	345
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.059	1.025
7.08.03.01	Juros	836	869
7.08.03.02	Aluguéis	197	132
7.08.03.03	Outras	26	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-44.639	22.410
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.639	22.410

Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Intermediárias 3T25

Companhia CELG de Participações – CELGP

Governança sólida - Visão estratégica – Transição Energética e Responsabilidade público

Comentário do Desempenho

Panorama Institucional – 3T25

- **Avanço nas diretrizes estratégicas**, com foco em sustentabilidade, **energia limpa** e manutenção das boas práticas de **governança corporativa**;
- **Lucro líquido no semestre**, impulsionado pelos resultados da equivalência patrimonial e resultado financeiro, resultando em **fortalecimento do patrimônio líquido**;
- Continuidade do apoio à **reestruturação societária da FTSA** e ações voltadas à viabilidade de **projetos de geração fotovoltaica**;
- **Gestão financeira sólida**, com ausência de endividamento bancário, reforçando o compromisso com a **disciplina orçamentária** e a **conformidade regulatória**.

Comentário do Desempenho

Perfil Institucional

- **Consolidação das diretrizes estratégicas**, com foco em energia renovável, eficiência administrativa e condução responsável da transição societária da holding;
- **Lucro líquido no trimestre**, sustentado principalmente pelos ganhos de equivalência patrimonial e receitas financeiras, com impacto positivo no patrimônio líquido;
- **Avanço na reestruturação societária da LAZ e FTSA**, com desdobramentos operacionais e jurídicos da operação com a Eletrobras já concluídos;
- **Início das operações da UFV Planalto Solar Park**, ampliando a participação da CELGPAR em projetos fotovoltaicos com viés sustentável e de longo prazo;
- **Manutenção de uma posição financeira sólida**, sem endividamento bancário, refletindo a disciplina orçamentária e a conformidade regulatória exigida pelo setor.

Comentário do Desempenho

Cenário Econômico e Setorial

Cenário Econômico (Brasil – 3T25)

- **PIB (projeção 2025):** +2,3% – mantendo tendência de crescimento moderado;
- **Inflação (IPCA – 12 meses):** 4,1% – dentro da meta com leve desaceleração no trimestre;
- **Juros (Selic – set/25):** 10,25% a.a. – queda gradual mantida pelo Banco Central;
- **Câmbio:** R\$ 5,87/USD – estabilidade com leve valorização frente ao trimestre anterior;
- **Desemprego:** 6,0% – tendência de queda, com recuperação no mercado formal.

Setor Elétrico

- **Continuidade da expansão** da transmissão e da geração renovável;
- **Crescimento da geração solar fotovoltaica**, especialmente no Centro-Oeste;
- **Avanço da geração distribuída** e adoção de **tecnologias digitais** e armazenamento;
- **Integração regional** de fontes e sistemas, com estímulo a projetos estruturantes.

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional – 3T25

- **Atuação como holding** com foco em geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com participação em diversas sociedades do setor;
- **Operação das usinas hidrelétricas** São Domingos (12 MW) e Rochedo (4 MW), além da CGH Mambai (0,35 MW), totalizando **16,35 MW de capacidade instalada própria**;
- **Participações em geradoras Corumbá III (37,5%) e Fazenda Velha (20%), somando 112,9 MW de capacidade instalada indireta**;
- **Controle total das transmissoras Firminópolis (100%) e Lago Azul (100%), com reestruturação societária concluída com a Eletrobras em fev/2025**;
- **UFV Planalto Solar Park em operação desde jul/2025**, com 49% de participação na SPE que visa expandir atuação em fontes renováveis;
- **Processo de desestatização em andamento**, conforme Lei Estadual nº 22.286/2023 e deliberação da 73ª AGE, com previsão de alienação das participações societárias e encerramento da holding;
- **Estudos técnicos e precificação finalizados**, com foco na **maximização do valor ao acionista** e transparência no processo de venda;
- **Segurança da barragem da UHE Rochedo monitorada**, com reparos em curso conforme laudos técnicos especializados

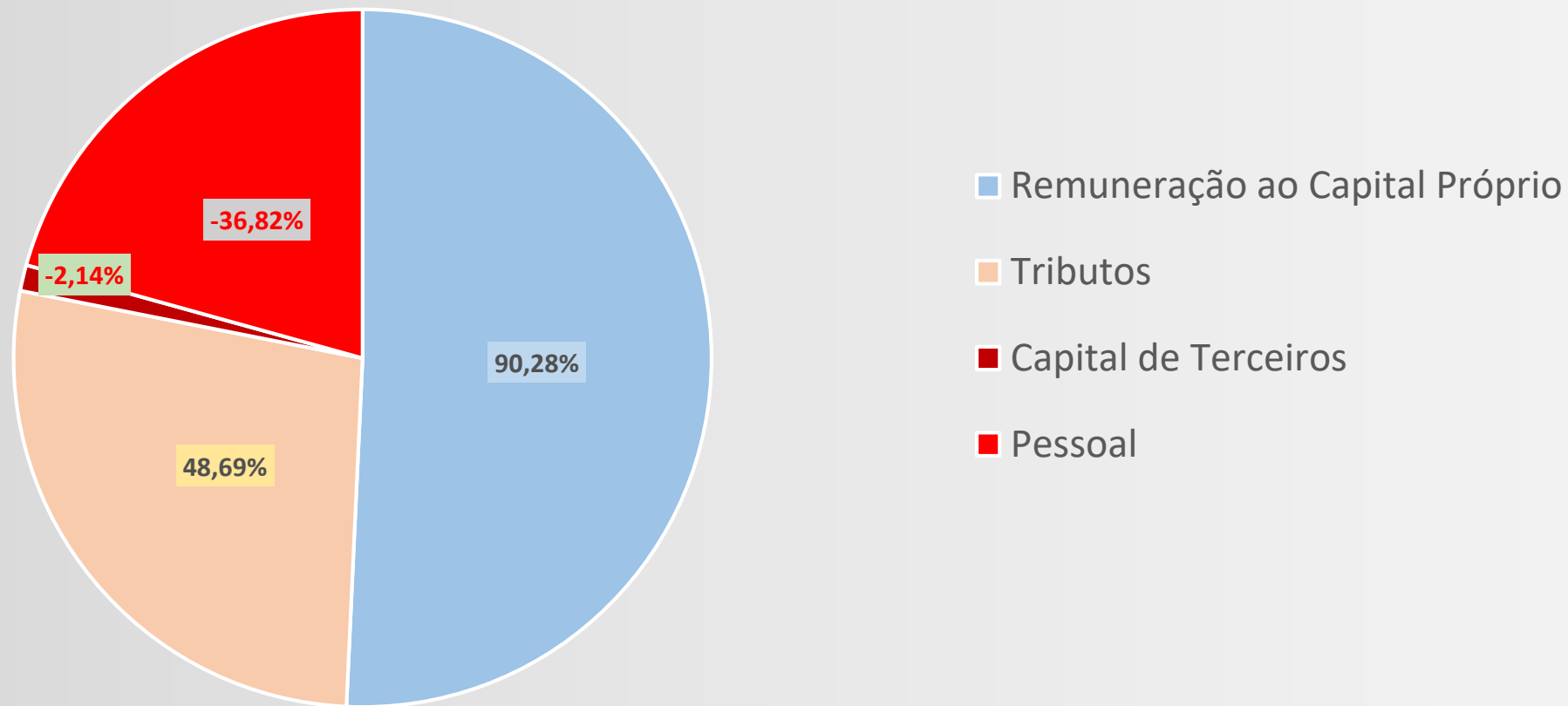
Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros – 3T25

- **Receita Operacional Líquida: R\$ 28,2 milhões;**
(↑ 15,4% vs. 3T24)
- **Resultado Bruto: R\$ 16,3 milhões;**
(↑ 13,8% vs. 3T24)
- **Resultado Líquido: Prejuízo de R\$ 44,6 milhões;**
(vs. lucro de R\$ 22,4 milhões no 3T24)
- **Despesas Gerais e Administrativas: R\$ 26,5 milhões;**
(↑ 12,4% vs. 3T24)
- **Resultado Operacional antes do resultado financeiro: Prejuízo de R\$ 124 milhões;**
(vs. Lucro de R\$ 2,2 milhões em 3T24)
- **Resultado Financeiro Líquido: R\$ 48,1 milhões;**
(↑ 159,5% vs. 3T24)
com destaque para aplicações financeiras e atualização de ativos
- **Índice de Liquidez Corrente: 30,0x;**
(R\$ 360,8 mi / R\$ 12 mi);
- **Patrimônio Líquido: R\$ 738,9 milhões,** com impacto negativo do prejuízo no período.

Comentário do Desempenho

Distribuição do Valor Adicionado – 3T25



Em 3T25, o valor adicionado foi negativado, refletindo os efeitos do prejuízo contábil e provisões não recorrentes. Mesmo assim, destaca-se a manutenção dos investimentos em pessoal e a responsabilidade com obrigações tributárias e financeiras.

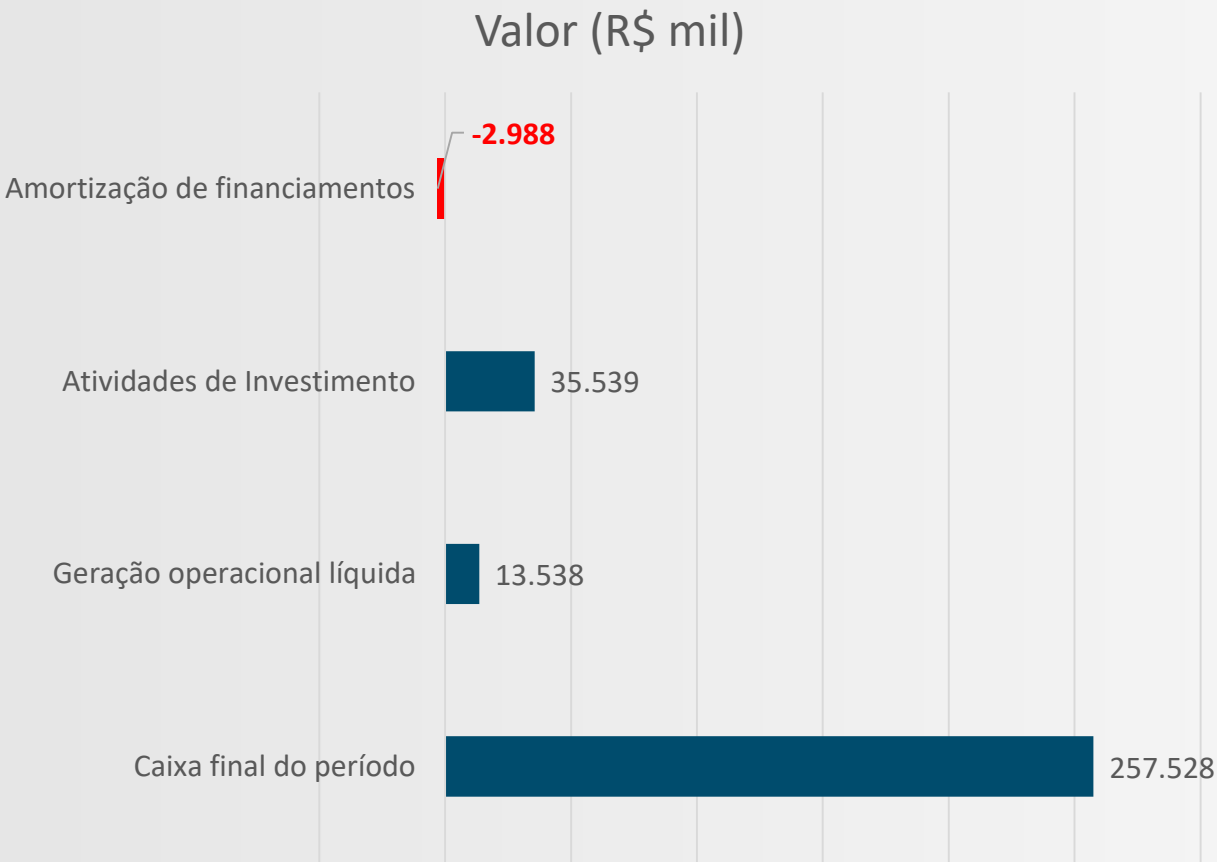
Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa – Exercício 3T25

Interpretação

- **A CELGP manteve posição de caixa robusta**, com incremento de R\$ 46 milhões no período, sustentado por receitas de desinvestimentos, dividendos recebidos e geração operacional;
- A estrutura de capital **permanece sólida**, com baixa alavancagem e disciplina financeira, assegurando liquidez adequada ao enfrentamento de desafios operacionais.

🔍 **Nota:** A melhora no fluxo de caixa reflete alienações relevantes, recebimentos de mútuos e dividendos, mesmo diante do prejuízo contábil do período. A companhia segue focada em **otimizar recursos e manter saúde financeira**.



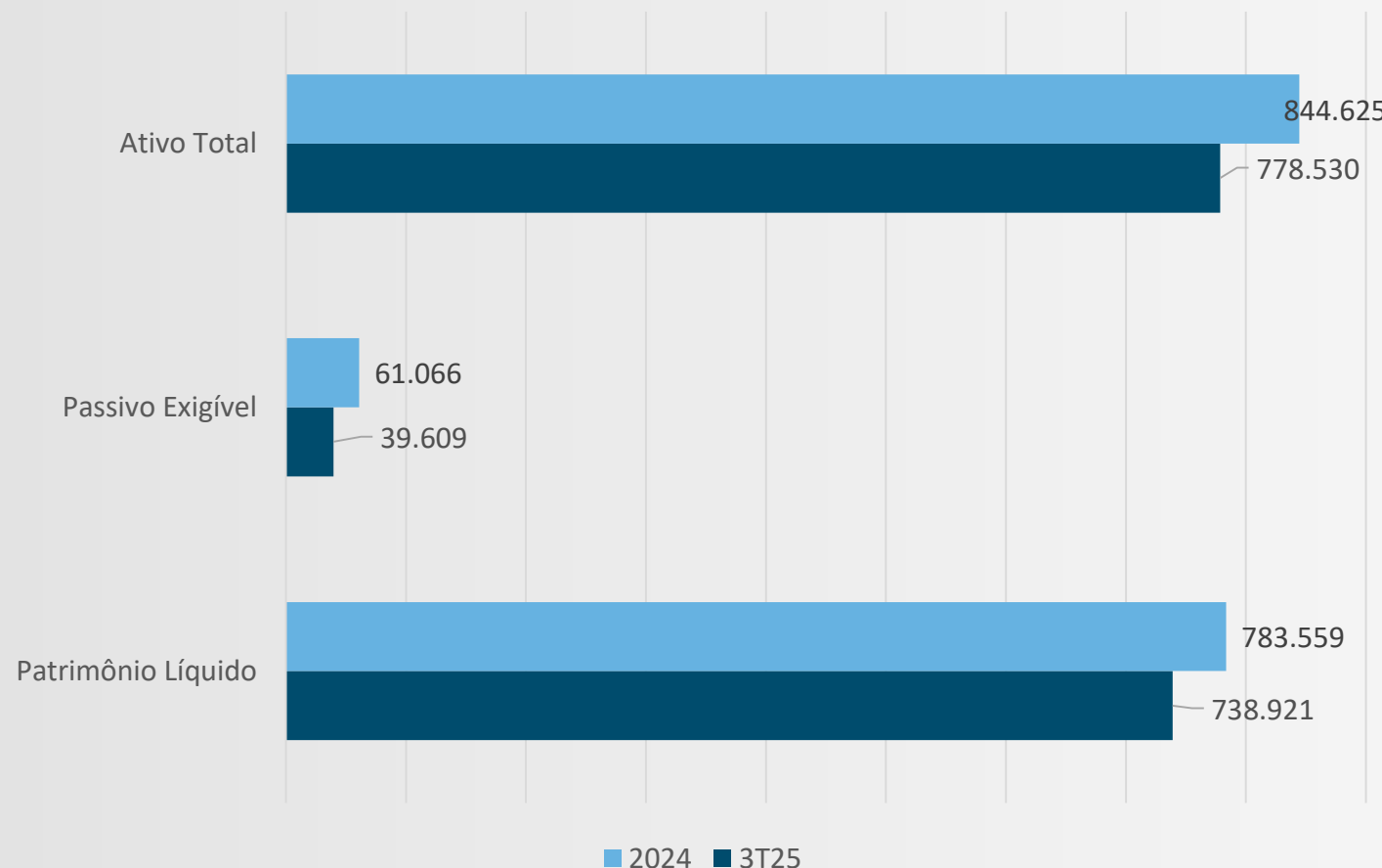
Balanço Patrimonial

Comparativo

2024 x 3T25

- **Redução de ▼ -7,8% no Ativo Total**, explicada pela baixa de **investimentos (R\$ -196,4 milhões)**, reflexo da alienação de participações e reclassificação de ativos mantidos para venda.
- **Diminuição de ▼ 35,1% no Passivo Exigível**, devido à baixa de tributos diferidos e amortização de financiamentos.
- **Patrimônio Líquido de R\$ 738,9 milhões**, com impacto do **prejuízo líquido de R\$ 44,6 milhões** no exercício.
- **Caixa e equivalentes aumentaram ▼ 23,9%**, passando de R\$ 207,8 milhões para R\$ 257,5 milhões, assegurando **liquidez operacional robusta**.

Dados principais (em R\$ mil)



Comentário do Desempenho

Ativo Circulante 2024 x 3T25

✦ **Total do Ativo Circulante:**

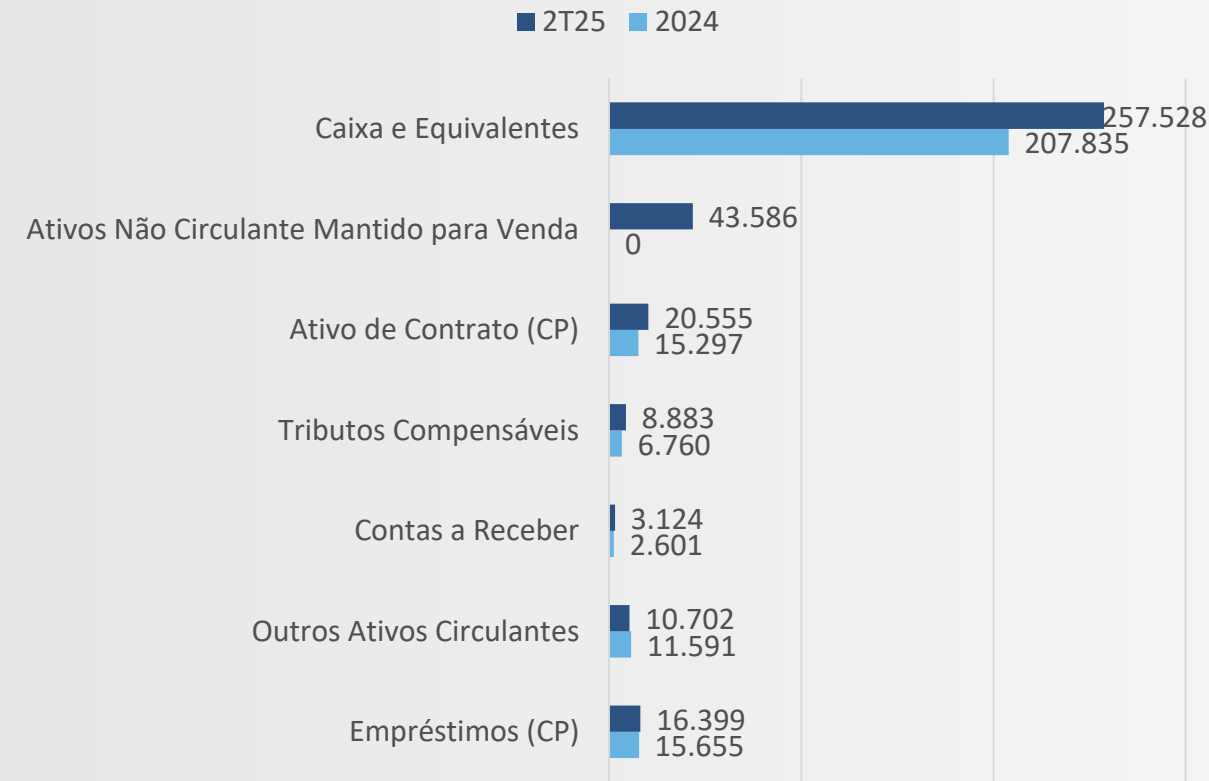
- Dez/2024: R\$ 259.739 mil
- Set/2025: R\$ 360.777 mil
- Variação total: + R\$ 101.038 mil (+38,9%)

✦ **Destaque para o aumento em:**

- Caixa e Equivalentes:** R\$ 257.528 mil (+ R\$ 49.693 mil)
- Ativos Mantidos para Venda:** R\$ 43.586 mil (novo saldo)
- Ativo de Contrato (CP):** R\$ 20.555 mil (+ R\$ 5.258 mil)
- Tributos Compensáveis:** R\$ 8.883 mil (+ R\$ 2.123 mil)
- Contas a Receber:** R\$ 3.124 mil (+ R\$ 523 mil)

✦ **Redução em:**

- Outros Ativos Circulantes:** R\$ 10.702 mil (↓ R\$ 889 mil)

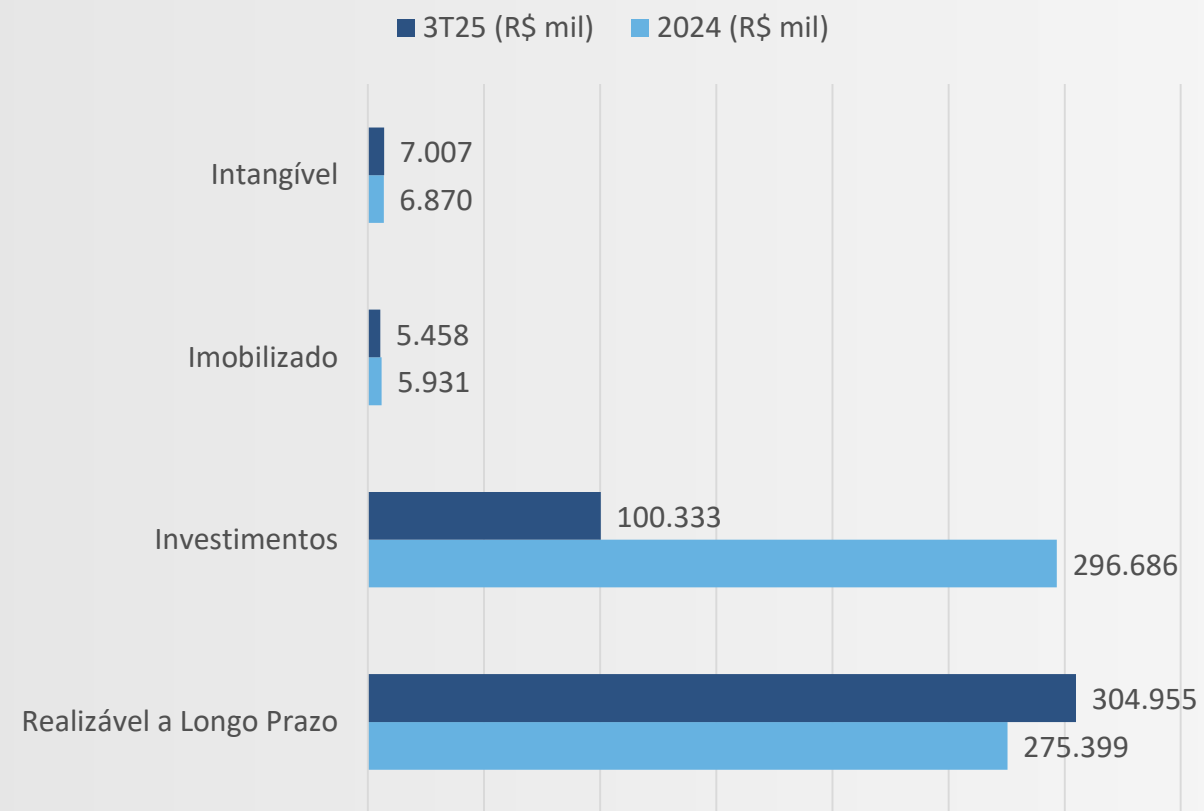


O **Ativo Circulante** apresentou **forte expansão de 38,9%**, impulsionada pela **formação de saldo de ativos para venda e reforço de caixa**. Essa elevação reflete **alienações patrimoniais, reclassificações de investimentos e eficiência na gestão de liquidez**, em linha com o processo de **reestruturação societária e desestatização** da companhia.

Comentário do Desempenho

Ativo Não Circulante 2024 x 3T25

- Investimentos: R\$ 100.333 mil**
 (↓ R\$ 196.353 mil) Redução decorrente da alienação de participações e reclassificação para “Ativos Mantidos para Venda”.
- Empréstimos concedidos: R\$ 18.915 mil**
 (↓ R\$ 12.326 mil) Reflexo da amortização de mútuos recebidos de controladas.
- Ativo de Contrato (LP): R\$ 187.936 mil**
 (↑ R\$ 47.785 mil) Crescimento vinculado à atualização de valores amortizáveis nos contratos de concessão.
- Outros Ativos (LP): R\$ 92.576 mil**
 (↓ R\$ 9.997 mil)
- Tributos Diferidos: R\$ 3.849 mil**
 (novo saldo reconhecido).
- Imobilizado e Intangível: Mantêm-se estáveis**
 (R\$ 12.465 mil contra R\$ 12.801 mil em 2024).



A queda de **28,6% no ativo não circulante** reflete o **encerramento de investimentos e alienação de participações societárias** no contexto do **processo de desestatização**, parcialmente compensada pela **valorização de ativos contratuais**. A **estrutura patrimonial da CELGP** segue **sólida**, com **ativos de longo prazo representando 54% do total do ativo**.

Comentário do Desempenho

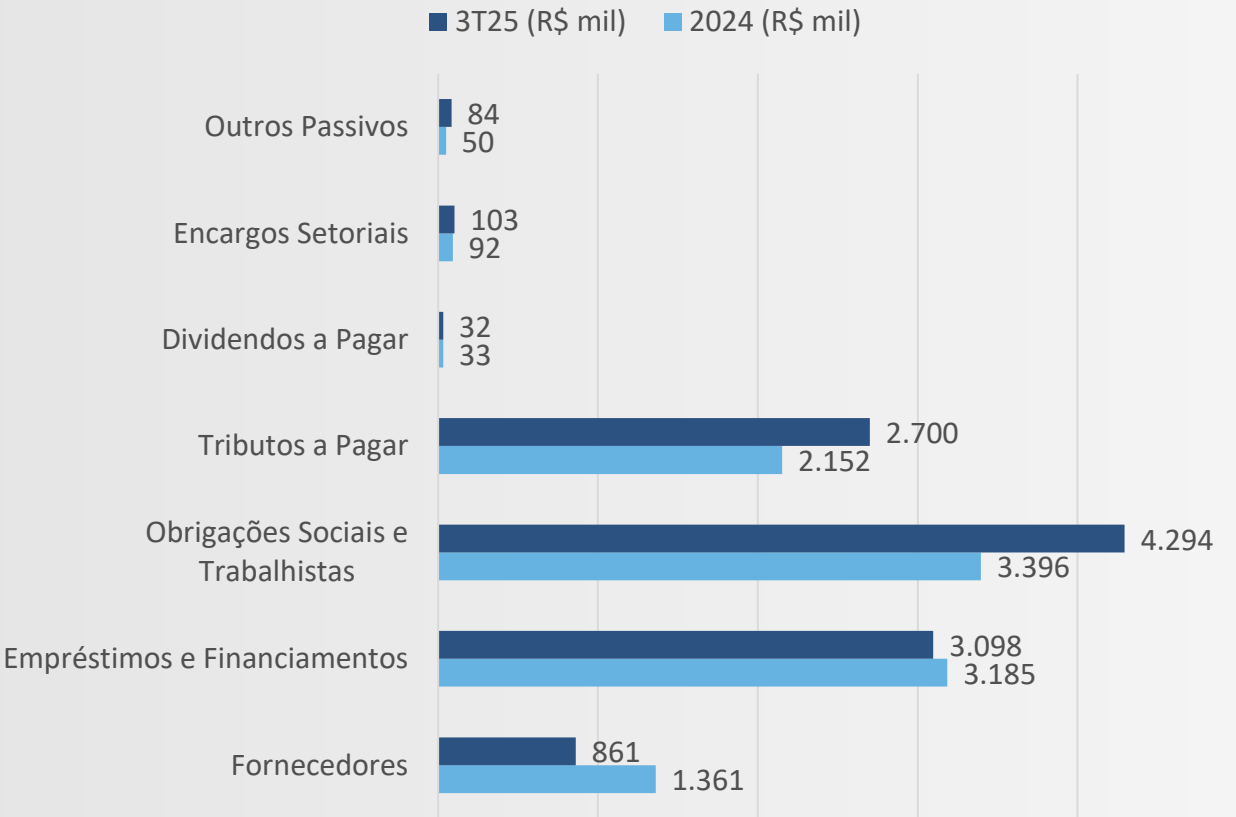
Passivo Circulante 2024 x 3T25

Destaques para variações (aumento):

- **Obrigações Sociais e Trabalhistas:** R\$ 4.620 mil (+ R\$ 1.224 mil)
- **Tributos a Pagar:** R\$ 2.719 mil (+ R\$ 567 mil)
- **Outros Passivos:** R\$ 163 mil (+ R\$ 113 mil)
- **Encargos Setoriais:** R\$ 101 mil (+ R\$ 9 mil)

Reduções:

- **Empréstimos e Financiamentos:** R\$ 2.921 mil (↓ R\$ 264 mil)
- **Fornecedores:** R\$ 1.459 mil (↑ R\$ 98 mil) → leve alta, sem impacto material.
- **Dividendos a Pagar:** R\$ 32 mil (estável frente a R\$ 33 mil em 2024)



O **Passivo Circulante** apresentou **aumento de 17%**, reflexo do crescimento de **obrigações trabalhistas e tributárias**, acompanhando o ritmo de movimentação das controladas e provisões de folha.

A **redução em financiamentos e estabilidade de fornecedores** indicam **baixa exposição a dívidas de curto prazo**, mantendo **solidez operacional e previsibilidade financeira**

Comentário do Desempenho

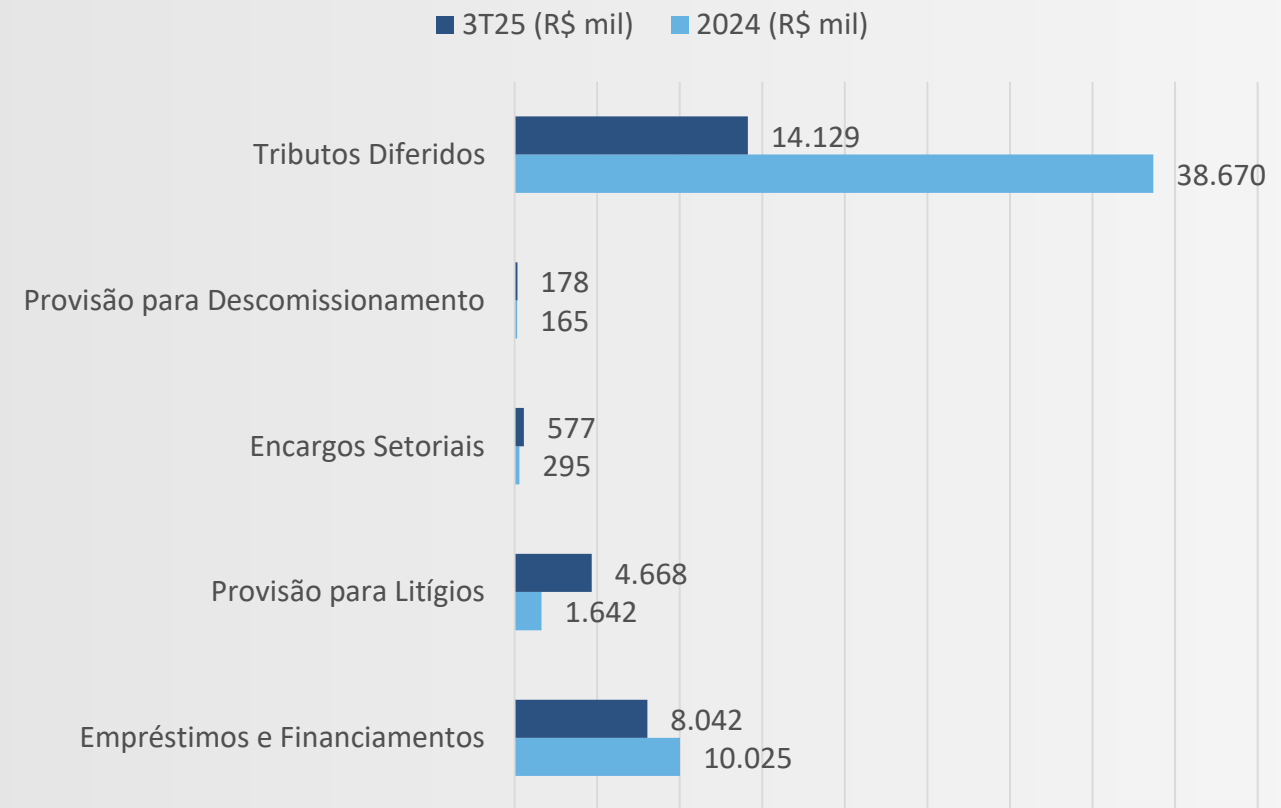
Passivo Não Circulante 2024 x 3T25

Reduções relevantes:

- **Tributos Diferidos: R\$ 14.129 mil (↓ R\$ 24.541 mil)** Reflexo da reversão de tributos diferidos sobre deságios e da reclassificação contábil após a alienação de participações.
- **Empréstimos e Financiamentos: R\$ 8.042 mil (↓ R\$ 1.983 mil)** Amortização de parcelas de longo prazo e ausência de novas captações.

Aumentos pontuais:

- **Provisão para Litígios: R\$ 4.668 mil (↑ R\$ 3.026 mil)**Reforço de provisões judiciais em andamento, com impacto não recorrente.
- **Encargos Setoriais (LP): R\$ 577 mil (↑ R\$ 282 mil)** Atualização de saldos regulatórios de longo prazo.
- **Provisão para Descomissionamento: R\$ 178 mil (↑ R\$ 13 mil)**

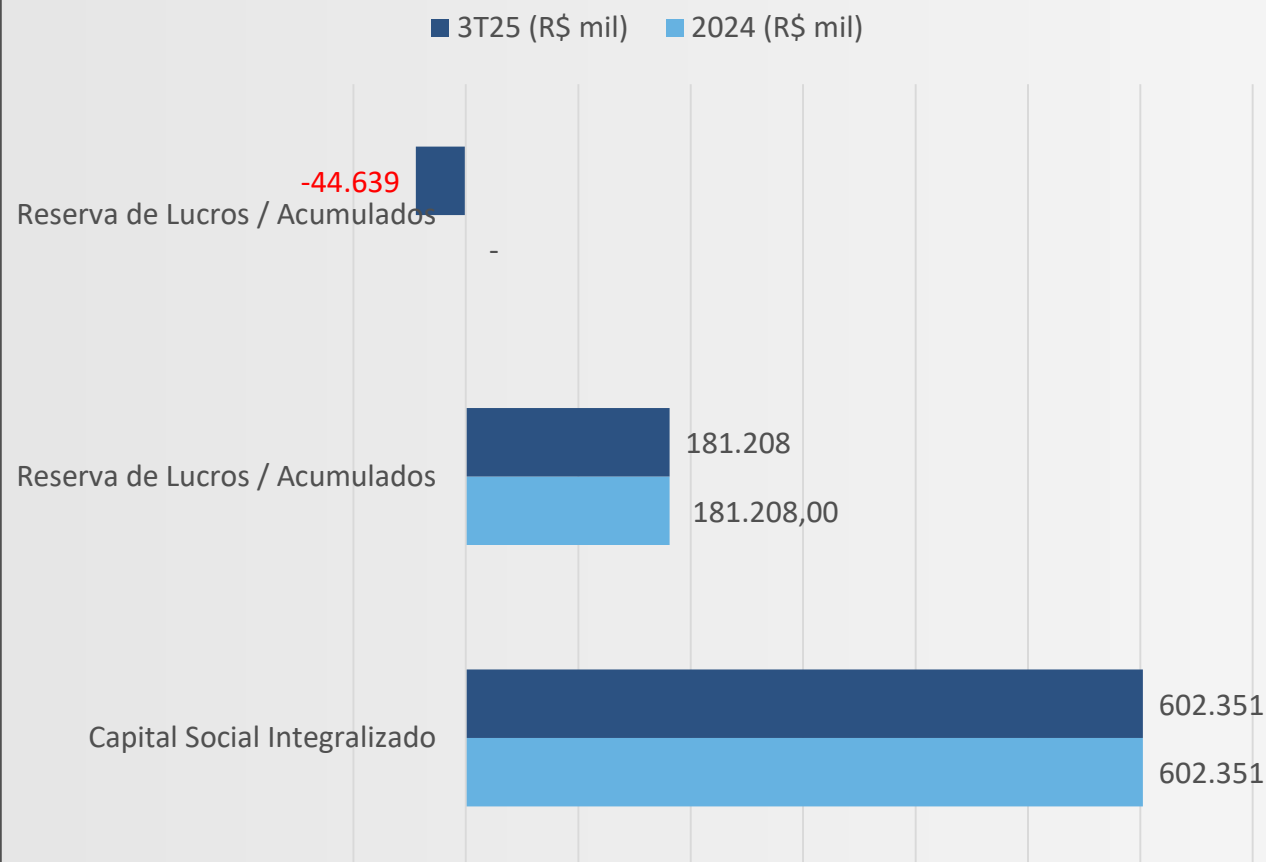


O Passivo Não Circulante registrou **redução expressiva de 45,7%**, em razão da **baixa de tributos diferidos e amortização de dívidas financeiras**, evidenciando o **fortalecimento da posição patrimonial** da CELGP e o **encerramento de obrigações de longo prazo** no processo de desestatização.

Comentário do Desempenho

Patrimônio Líquido 2024 x 3T25

- O **Patrimônio Líquido** reduziu **5,7%** no período, impactado pelo **prejuízo líquido de R\$ 44,6 milhões** apurado no 3T25.
- **Capital social e reservas** permaneceram **inalterados**, demonstrando **estabilidade estrutural e governança prudencial**.
- A redução reflete **efeitos não recorrentes** relacionados à alienação de investimentos e à reavaliação de ativos, sem comprometer a **solidez financeira da Companhia**.



Comentário do Desempenho

Demonstração do Resultado do Exercício

3T24 x 3T25

Receita Operacional Líquida

- Variação: +15,4%**, impulsionada pela consolidação da Lago Azul e reajustes contratuais na RAP.

Custo de Construção

- Variação: -35,8%**, refletindo menor volume de obras contratadas.

Despesas Operacionais e Administrativas

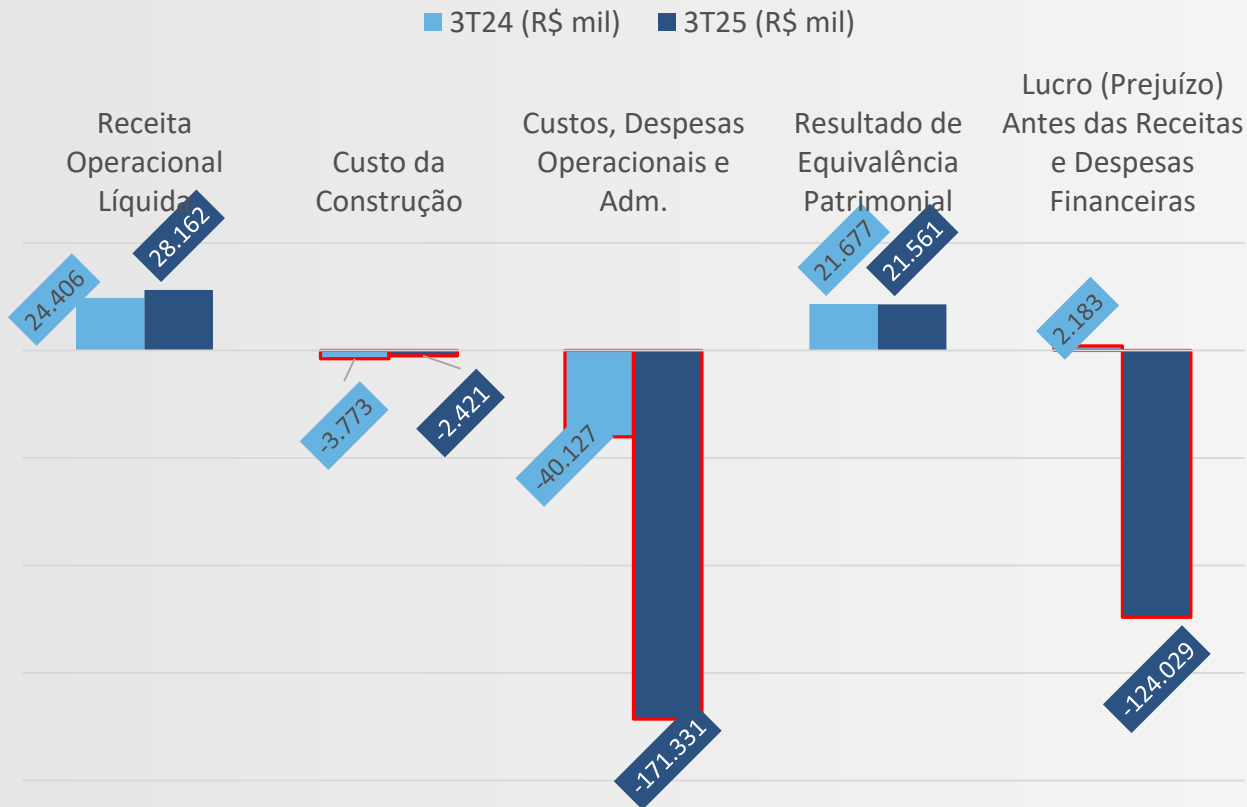
- Aumento: +12,4%**, concentrado em provisões e despesas não recorrentes.

Resultado Bruto

- Alta de 13,8%**, confirmando eficiência operacional e ganho de margem.

Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro

- Reversão** motivada por **efeitos contábeis de equivalência e provisões** específicas.



O trimestre apresentou aumento de receita e margem bruta, mas o resultado operacional negativo decorre de provisões e perdas não recorrentes registradas em função da reestruturação societária e da alienação de ativos.

Demonstração do Resultado do Exercício

3T24 x 3T25

ITR - Informações Trimestrais - 30/09/2025 - CIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

- **Crescimento: +159,5%**, sustentado por receitas financeiras e atualização de ativos contratuais.

Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ/CSLL

- Variação: reversão decorrente do efeito contábil da equivalência patrimonial.

IRPJ e CSLL

- A reversão de tributos diferidos suavizou parcialmente o impacto do resultado operacional negativo.

Lucro Líquido do Período

- Diferença: R\$ 67.049 mil, refletindo o cenário não recorrente de ajustes patrimoniais e provisões.



Mesmo com o **prejuízo contábil no trimestre**, a **CELGPAR** manteve fundamentos sólidos:

- **Resultado financeiro robusto**, sem endividamento bancário.
- **Estrutura de capital preservada e geração operacional positiva.**
- **Efeitos não recorrentes** (alienações, equivalência e tributos diferidos) explicam a oscilação entre 2024 e 2025.

Explicações Relevantes – 3T25

✦ Posição patrimonial sólida:

A **CELGP** encerrou o **3T25** com **Ativo Total de R\$ 778,5 milhões** e **Patrimônio Líquido de R\$ 738,9 milhões**, demonstrando **solidez patrimonial**, mesmo diante do cenário de **reversões contábeis e ajustes de equivalência** decorrentes da reestruturação societária.

✦ Resultado positivo no período:

A Companhia apurou **prejuízo líquido de R\$ 44,6 milhões**, impactado por **ajustes não recorrentes** e **provisões de perdas societárias**, enquanto o **resultado financeiro positivo (R\$ 48,1 milhões)** reforçou a **capacidade de geração operacional e liquidez**.

✦ Política de retenção de lucros:

Mantém-se a **diretriz prudencial de retenção**, priorizando o **reinvestimento em ativos estratégicos** e a **sustentação do capital próprio**, assegurando **equilíbrio e transparência fiscal** no processo de encerramento da holding.

✦ Auditoria Independente:

As **Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30/09/2025** foram elaboradas conforme as **normas contábeis aplicáveis (CPC e CVM)**. A **Convicta Auditores Independentes S/S** permanece responsável pela auditoria da Companhia, em conformidade com a **Instrução CVM nº 381/2003**, **sem prestação de outros serviços** que comprometam sua independência.

A **CELGP** reafirma seu compromisso com a **regularidade contábil, transparência e governança pública**, assegurando **confiabilidade nos registros financeiros** e **conformidade legal** durante o processo de **desestatização e encerramento das atividades**.

Encerramento e Perspectivas

- **Manutenção da solidez financeira e operacional**, com **disciplina orçamentária**, **baixo endividamento** e **posição de caixa robusta (R\$ 257,5 milhões)**, assegurando estabilidade durante o processo de desestatização.
- **Previsibilidade da receita regulatória**, sustentada pelos contratos de **RAP das transmissoras Firminópolis e Lago Azul**, e pela geração da **UFV Planalto Solar Park S.A.**, que reforça a **participação em energia renovável**.
- **Avanços em governança corporativa**, com **cumprimento integral das normas de transparência, compliance e auditoria independente**, fortalecendo a confiança institucional.
- **Fortalecimento institucional com ênfase em accountability, controle interno e prestação de contas pública**, alinhado às diretrizes do Governo de Goiás e às exigências da CVM.
- **Foco em projetos estruturantes e inovação energética**, priorizando **reestruturação societária, sustentabilidade e eficiência operacional** nos empreendimentos sob gestão da holding.
- **Gestão proativa de riscos** no 4º trimestre, com ênfase em **otimização de ativos, fechamento contábil transparente e preparação técnica para o encerramento das operações da CELGPAR**.

A **CELGPAR** segue firme em sua missão de **gerar valor público e econômico para o Estado de Goiás**, pautada em **responsabilidade, eficiência, inovação e governança sólida**.

Notas Explicativas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativo		753.192	823.968	778.530	844.625
Circulante		470.601	245.917	360.777	259.739
Caixa e Equivalentes a Caixa	4	246.733	203.811	257.528	207.835
Contas a Receber	5	1.489	1.398	3.124	2.601
Serviços em Curso		-	-	251	198
Tributos Compensáveis	6	8.528	6.756	8.883	6.760
Estoques		189	18	232	59
Empréstimos	7	16.399	15.655	16.399	15.655
Despesas Pagas Antecipadamente		156	42	291	130
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	8	180.930	-	43.586	-
Ativo de Contrato	9	6.359	6.284	20.555	15.297
Outros Ativos	10	9.818	11.953	9.928	11.204
Não Circulante		282.591	578.051	417.753	584.886
Realizável a Longo Prazo		169.859	191.935	304.955	275.399
Depósitos Judiciais e Cauções		-	-	114	-
Investimentos Temporários	15.4	-	-	1.565	1.429
Empréstimos	7	18.915	31.241	18.915	31.241
Tributos Diferidos	20	3.849	-	3.849	-
Despesas Pagas Antecipadamente		-	5	-	5
Ativo de Contrato	9	55.967	58.299	187.936	140.151
Outros Ativos	10	91.128	102.390	92.576	102.573
Investimentos	11	100.333	373.315	100.333	296.686
Imobilizado	12	5.455	5.931	5.458	5.931
Intangível	13	6.944	6.870	7.007	6.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Passivo e Patrimônio Líquido		753.192	823.968	778.530	844.625
Circulante		8.337	7.172	12.015	10.269
Fornecedores	14	1.164	1.168	1.459	1.361
Empréstimos e Financiamentos	15	371	632	2.921	3.185
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	4.312	3.305	4.620	3.396
Tributos a Pagar	17	2.249	1.924	2.719	2.152
Dividendos a Pagar	21.2	32	33	32	33
Encargos Setoriais	18	75	76	101	92
Outros Passivos		134	34	163	50
Não Circulante		5.934	33.237	27.594	50.797
Empréstimos e Financiamentos	15	-	127	8.042	10.025
Provisões para Litígios	19	1.487	308	4.668	1.642
Encargos Setoriais	18	170	128	577	295
Provisões para Descomissionamento	11.4	178	165	178	165
Tributos Diferidos	20	4.099	32.509	14.129	38.670
Patrimônio Líquido		738.921	783.559	738.921	783.559
Capital Social	21.1	602.351	602.351	602.351	602.351
Reserva de Lucros	21.2	181.209	181.208	181.209	181.208
Prejuízos Acumulados		(44.639)	-	(44.639)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

	Nota	Controladora				Consolidada			
		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
		01/01/2025	01/01/2024	01/07/2025 a	01/07/2024 a	01/01/2025	01/01/2024	01/07/2025 a	01/07/2024 a
		a 30/09/2025	a 30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	a 30/09/2025	a 30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Operações em Continuidade									
Receita Operacional Líquida	22	14.290	15.327	4.660	4.646	28.162	24.406	9.431	7.575
Custo de Construção	23	(2.421)	(3.773)	(1.159)	(1.168)	(2.421)	(3.773)	(1.159)	(1.168)
Custos Operacionais	24	(3.443)	(4.305)	(1.124)	(1.482)	(9.447)	(6.319)	(3.822)	(2.284)
Lucro Bruto Operacional		8.426	7.249	2.377	1.996	16.294	14.314	4.450	4.123
Despesas Gerais e Administrativas	24	(24.622)	(22.347)	(7.546)	(7.369)	(26.482)	(23.556)	(8.165)	(7.819)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(137.429)	(10.041)	(121.150)	(11.186)	(135.402)	(10.252)	(119.123)	(11.397)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	29.027	26.428	10.554	8.425	21.561	21.677	7.268	7.218
(Prejuízo) Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(124.598)	1.289	(115.765)	(8.134)	(124.029)	2.183	(115.570)	(7.875)
Receitas (Despesas) Financeiras - Resultado Líquido	26	47.907	19.068	9.680	7.086	48.127	18.544	9.812	6.951
(Prejuízo) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(76.691)	20.357	(106.085)	(1.048)	(75.902)	20.727	(105.758)	(924)
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	32.052	2.053	40.539	3.220	31.263	1.683	40.212	3.096
(Prejuízo) Lucro Líquido do Período		(44.639)	22.410	(65.546)	2.172	(44.639)	22.410	(65.546)	2.172
Atribuível aos Acionistas Controladores	28	(44.595)	22.388	(65.482)	2.170	(44.595)	22.388	(65.482)	2.170
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	28	- 44	22	- 64	2	(44)	22	(64)	2
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas									
Resultado Básico por Ação (Reais/Ação) - ON	28	(0,56)	0,29	(0,82)	0,03	(0,56)	0,29	(0,82)	0,03
Resultado Diluído por Ação (Reais/Ação) - ON	28	(0,56)	0,29	(0,82)	0,03	(0,56)	0,29	(0,82)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
		01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
juízo) Lucro Líquido do Período		(44.639)	22.410	(65.546)	2.172	(44.639)	22.410	(65.546)	2.172
utros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período		(44.639)	22.410	(65.546)	2.172	(44.639)	22.410	(65.546)	2.172
Atribuível aos Acionistas Controladores	28	(44.595)	22.388	(65.482)	2.170	(44.595)	22.388	(65.482)	2.170
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	28	(44)	22	(64)	2	(44)	22	(64)	2
otas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.									

Notas Explicativas

	Capital Social	Reservas de Lucro			Lucros (Prejuizos) Acumulados	Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial Dividendo Não Distribuído		
Idos em 31 de dezembro de 2023	602.351	58.554	73.593	11.573	-	746.071
versão de Dividendos por Prescrição - Ano 2020	-	-	1	-	-	1
cro Líquido do Período	-	-	-	-	22.410	22.410
Idos em 30 de setembro de 2024	602.351	58.554	73.594	11.573	22.410	768.482
Idos em 31 de dezembro de 2024	602.351	60.428	100.304	20.476	-	783.559
versão de Dividendos por Prescrição - Ano 2021	-	-	1	-	-	1
prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	(44.639)	(44.639)
Idos em 30 de setembro de 2025	602.351	60.428	100.305	20.476	(44.639)	738.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		6.857	(1.946)	13.538	2.331
(Prejuízo) Lucro Líquido do Período		(44.639)	22.410	(44.639)	22.410
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		52.137	(23.980)	58.976	(19.524)
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado		(53)	(96)	(53)	(96)
Receita de Construção		(2.699)	(4.209)	(2.699)	(4.209)
Receita de Remuneração do Ativo de Contrato		(6.715)	(7.243)	(18.605)	(15.143)
Perdas em RTA/RTP - Ativo de Contrato		6.999	12.326	4.924	12.546
Amortização do Ativo de Contrato	9	4.700	4.735	14.890	11.200
Pis e Cofins Diferidos		(207)	(522)	(70)	(478)
Custo de Construção		2.421	3.773	2.421	3.773
Depreciação de Arrendamento		517	467	517	467
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	443	65
Provisão para Litígios Trabalhistas		(73)	-	(73)	-
Provisão para Litígios Cíveis		1.252	200	3.025	200
Provisão para Redução ao Valor Recuperável		10	-	10	-
Depreciação		18	86	21	87
Amortização		226	229	226	229
Outros Movimentos Operacionais		1.025	(13)	1.025	(13)
Ganhos de Capital		(158)	(1.110)	(158)	(1.110)
Ajuste ao Valor Justo		158	(35)	158	(35)
Ajuste ao Valor de Mercado de Investidas		114.337	-	114.337	-
Perdas na Desativação de Bens		535	-	535	-
Perdas na Alienação de Investidas	25	16.283	-	16.283	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(29.027)	(26.428)	(21.561)	(21.677)
Rendimentos de Investimentos Temporários		-	-	(136)	(97)
Deságio na Aquisição de Investimentos	25	(19.113)	(59)	(19.113)	(59)
Atualização Monetária - Convênios das UFVs		(4.275)	-	(4.275)	-
Juros sobre Empréstimos Ativos	7	(2.022)	(2.756)	(2.022)	(2.756)
Outras Receitas Financeiras		(10)	(1.218)	(10)	(1.218)
Juros sobre Empréstimos Passivos		-	-	664	808
Amortização de Ágio		26	24	26	24
Ajuste a Valor Presente		34	53	34	53
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(32.052)	(2.184)	(31.788)	(2.085)
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais		(2.098)	(939)	(2.477)	(1.199)
Contas a Receber		(47)	(8)	(338)	(166)
Serviços em Curso		-	-	-	(11)
Tributos Compensáveis		(1.772)	(849)	(1.847)	(878)
Estoques		(171)	(80)	(173)	(80)
Despesas Pagas Antecipadamente		(109)	(106)	(133)	(168)
Outros Ativos		1	104	14	104
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais		1.575	1.878	2.239	2.248
Fornecedores		(127)	(15)	(112)	(34)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.007	516	1.121	677
Tributos a Pagar		554	1.328	1.034	1.558
Encargos Setoriais		41	33	94	32
Outros Passivos		100	16	102	15
Juros Recebidos		19	6	20	7
Juros Pagos		(1)	-	(2)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(136)	(1.321)	(579)	(1.611)
Fluxos de Caixas das Atividades de Investimentos		36.530	341	35.539	341
Alienação de Investimentos	11	29.631	-	29.631	-
Recebimento de Empréstimos e Mútuos	7	11.542	10.807	11.542	10.807
Recebimento de Juros sobre Empréstimos e Mútuos	7	2.062	2.797	2.062	2.797
Recebimento na Alienação de Imóveis		604	1.892	604	1.892
Recebimento de Dividendos de Investidas		7.795	8.216	6.966	8.216
Aquisição de Participações Societárias		-	59	-	59
Aportes/Aumentos de Capital em Investidas		(9.437)	(4.640)	(9.437)	(4.640)
Aquisição de Imobilizado e Ativo de Contrato		(2.500)	(18.268)	(2.500)	(18.268)
Aquisição de Intangível e Ativo de Contrato		(365)	(4)	(365)	(4)
Outros Pagamentos de Investimentos		(2.802)	(518)	(2.964)	(518)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		(465)	(440)	(2.988)	(3.108)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	15	(441)	(393)	(2.269)	(2.221)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos	15	(24)	(47)	(719)	(887)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		42.922	(2.045)	46.089	(436)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	203.811	194.317	211.439	196.295
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	246.733	192.272	257.528	195.859
Varição no Caixa e Equivalentes de Caixa		42.922	(2.045)	46.089	(436)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
1. Receitas	16.190	18.390	32.429	27.929
1.1. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.414	13.036	28.021	22.640
1.2. Outros Resultados	77	1.145	2.152	1.145
1.3. Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios	2.699	4.209	2.699	4.209
1.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão (Constituição)	-	-	(443)	(65)
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(147.397)	(23.087)	(153.033)	(25.641)
2.1. Custos das Mercadorias, Produtos e Serviços Vendidos	(845)	(1.650)	(845)	(1.650)
2.2. Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Insumos Diversos	(7.014)	(8.778)	(10.724)	(10.879)
2.3. (Perda) Recuperação de valores ativos	(114.347)	-	(114.347)	-
2.4. Outros	(25.191)	(12.659)	(27.117)	(13.112)
3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	(131.207)	(4.697)	(120.604)	2.288
4. Depreciação e Amortização	(761)	(782)	(764)	(783)
5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia (3 - 4)	(131.968)	(5.479)	(121.368)	1.505
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	78.483	46.426	71.921	41.965
6.1. Resultado de Equivalência Patrimonial	29.027	26.428	21.561	21.677
6.2. Receitas Financeiras	30.343	19.939	31.247	20.229
6.3. Outros	19.113	59	19.113	59
7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	(53.485)	40.947	(49.447)	43.470
8. Distribuição do Valor Adicionado (8.1 + 8.2. + 8.3 + 8.4)	(53.485)	40.947	(49.447)	43.470
8.1. Pessoal	16.811	15.524	18.207	16.227
8.1.1. Remuneração Direta	14.062	12.913	15.189	13.447
8.1.2. Benefícios	1.696	1.657	1.878	1.785
8.1.3. FGTS	1.053	954	1.140	995
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	(25.991)	2.831	(24.074)	3.808
8.2.1. Federais	(26.284)	2.473	(24.384)	3.446
8.2.2. Estaduais	26	13	42	17
8.2.3. Municipais	267	345	268	345
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	334	182	1.059	1.025
8.3.1. Juros	154	61	836	869
8.3.2. Aluguéis	154	97	197	132
8.3.3. Outras	26	24	26	24
8.4. Remuneração de Capitais Próprios	(44.639)	22.410	(44.639)	22.410
8.4.3. (Prejuízos) Lucros Retidos	(44.639)	22.410	(44.639)	22.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

Nesse tópico são apresentadas informações do contexto operacional:

1.1.Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações – Celgp (“CELGP”, “companhia” ou “controladora”), situada à Rua 88-A, nº 116, Quadra F-37, Lote 13, Setor Sul, Cep 74.805- 020, na cidade de Goiânia - GO, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria Geral de Governadoria – SGG, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por escritura pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714, de 28 de junho de 2006.

A CELGP é uma companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, conforme ditames do seu estatuto social, com registro na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 2139-3.

1.2.Concessões de geração detidas pela CELGP

A CELGP detém junto à ANEEL as seguintes concessões de geração, além das participações acionárias relacionadas nas notas explicativas nº 1.4 a 1.6:

Geração	Localidade	Estado	Contrato de Concessão	Data da Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
UHE							
São Domingos (a)	Rio São Domingos	GO	PRT 352/2013	01/11/2013	Indeterminada	12,000	7,200
Rochedo (b)	Rio Meia Ponte	GO	CC 002/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	3,000
Subtotal						16,000	10,200
CGH							
Mambai (c)	Rio Corrente	GO	CC 062/2000	17/01/1973	09/11/2034	0,350	0,283
Subtotal						0,350	0,283
						16,350	10,483

(a) UHE São Domingos: A CELGP opera a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia – MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da anterior controlada CELG T, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial. A Resolução Autorizativa nº 10.555, de 14 de setembro de 2021, da ANEEL, transferiu para a CELGP a titularidade da UHE São Domingos.

(b) UHE Rochedo: A concessão da UHE Rochedo expirou em 07 de julho de 2015. Contudo, a anterior controlada CELG T continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia – MME, até 04 de janeiro de 2016. A partir de 05 de janeiro de 2016 começou a vigorar o Contrato de Concessão nº 02/2016, com vencimento em 05 de janeiro de 2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A Resolução Autorizativa nº 10.554, de 14 de setembro de 2021, da ANEEL, transferiu para a CELGP a titularidade da UHE Rochedo.

Notas Explicativas

(c) CGH Mambai: A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da Pequena Central Hidrelétrica Mambai II (PCH Mambai II). Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da PCH Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega do montante energético descrito neste tópico, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

1.3. Contratos

Em atendimento ao item 6 da Interpretação Técnica ICPC 17, evidencia-se a seguir a apresentação das informações previstas no subitem “c”:

Contrato	Atividade	Direitos de Uso	Opção de Renovação	Classificação Contábil
PRT 352/2013	Geração	Prevista a exploração até o final da concessão	Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como ativo de contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
CC 002/2016	Geração	Prevista a exploração até o final da concessão	Vedada a renovação.	Classificado como ativo de contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

1.4. Participações societárias em geradoras de energia elétrica

A CELGP detém participação acionária nas seguintes sociedades geradoras de energia elétrica:

Investida	Geração	Localidade	Estado	Contrato de Concessão	Data da Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
UHE								
Corumbá III (a)	Corumbá III	Rio Corumbá	GO	CC 126/2001	07/11/2001	22/04/2040	96,45	49,30
Subtotal							96,45	49,30
PCH								
Fazenda Velha (b)	Fazenda Velha	Rio Ariranha	GO	PRT 265/2014	06/06/2014	11/10/2051	16,50	8,90
Subtotal							16,50	8,90
							112,95	58,20

(a) A controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A. (“Corumbá III”) tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III, na qualidade de produtora independente de energia. A usina se encontra em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 96,45 MW. A CELGP possui 37,5% de participação na Corumbá III. Ver notas explicativas nºs 1.9 e 33.

(b) A coligada Energética Fazenda Velha S.A. (“Fazenda Velha”) está situada no município de Jataí-GO, e entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016, destinada à comercialização de energia gerada, na qualidade de produtora independente de energia, com potência instalada de 16,5 MW, e autorização de 35 anos. A CELGP possui 20% de participação na Fazenda Velha. Ver notas explicativas nºs 1.9 e 33.

1.5. Participações societárias em transmissoras de energia elétrica

A CELGP detém participação acionária nas seguintes sociedades transmissoras de energia elétrica:

Notas Explicativas

Investida	Transmissão (Rede Básica)	UF	Contrato de Concessão	Data da Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MVA)	Extensão (km)
	Subestações					300	-
Pantanal (a)	SE Campo Grande II 230/138 kV - 2 x 150 MVA	MS	CC 018/2013	09/10/2013	09/10/2043	300	-
	Linhas de Transmissão					-	152,0
Lago Azul (b)	LT 230 kV Itapaci - Barro Alto - C2	GO	CC 003/2014	14/05/2014	14/05/2044	-	69,0
Firminópolis (c)	LT 230 kV Trindade - Firminópolis - C1	GO	CC 008/2016	07/04/2016	07/04/2046	-	83,0

(a) A controlada em conjunto Pantanal Transmissão S.A. ("Pantanal") é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, criada para construir e operar o empreendimento do Lote F do Leilão ANEEL nº 02/2013. A CELGPAR possui 49% de participação na Pantanal. Ver notas explicativas nºs 1.9 e 33.

(b) A controlada em conjunto Lago Azul Transmissão S.A. ("Lago Azul") é uma SPE, criada para construir e operar o empreendimento citado acima, que entrou em operação comercial em 19 de setembro de 2016. A CELGPAR possui 100% de participação na Lago Azul, conforme nota explicativa nº 1.7. Ver notas explicativas nºs 1.9 e 33

(c) A controlada (subsidiária integral) Firminópolis Transmissão S.A. ("Firminópolis") foi constituída para implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote L do Leilão ANEEL nº 05/2015. Foi constituída em fevereiro de 2016, e entrou em operação comercial em 1º de março de 2019. A CELGPAR possui 100% de participação na Firminópolis. Ver notas explicativas nºs 1.9 e 33.

1.6. Planalto Solar Park S.A.

A controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A. ("Planalto") foi constituída em abril de 2017 e criada com objetivo de construir e operar Usinas Fotovoltaicas ("UFV"). No entanto, a Planalto iniciou suas atividades somente em agosto de 2024, com o início da construção de sua primeira UFV, cuja conclusão finalizou em dezembro de 2024. As primeiras receitas serão geradas a partir do quarto trimestre de 2025. A CELGPAR detém 49% de participação na Planalto.

1.7. Operação de compra e venda de participação societária

A CELGPAR assinou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), datado de 02 de outubro de 2024, de descruzamento das participações societárias nas transmissoras de energia Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., e, Lago Azul Transmissão S.A. A operação foi concretizada no dia 18 de fevereiro de 2025 da seguinte forma:

a) A Eletrobras adquiriu, da CELGPAR, 10% (dez por cento) da participação societária na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB), por R\$ 37.221 mil, passando a Eletrobras a deter totalidade das ações da VSB, que controla subestações e 161,5 Km de linhas de transmissão entre Goiás e o Distrito Federal;

b) Por sua vez, a CELGPAR adquiriu, da Eletrobras, 49,9% (quarente e nove, virgula noventa por cento) de participação societária na Lago Azul Transmissão S.A., por R\$ 7.589 mil,

Notas Explicativas

passando a deter a totalidade das ações da transmissora que opera 69 Km de linha de transmissão em Goiás; e

c) A Eletrobras à título de torna, pagou a CELGP, o montante de R\$ 29.631 mil.

Para a concretização da operação foram sanadas dentre outras condições precedentes as seguintes etapas:

a) Obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), nos termos do art. 88 da Lei nº 12.529/2011; e

b) Obtenção da anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021.

1.8.Continuidade operacional da companhia

Como resultado da incorporação de acervo líquido contábil da CELG T, a CELGP tornou-se concessionária do serviço público de energia elétrica, passando a executar operacionalmente as atividades de "geração" e ampliando os aspectos operacionais da sua atividade enquanto *holding*, inclusive a companhia passou a deter participações acionárias diretas nas investidas de "geração e transmissão" vertidas neste acervo.

Ressalte-se que a companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024, apresentou prejuízos operacionais contábeis, antes de outras receitas/despesas operacionais, do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido, nos valores de R\$ 153.625 mil e de R\$ 25.139 mil, respectivamente.

A companhia preparou e apresentou as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de setembro de 2025, lastreadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios e atividades, não obstante a determinação do seu acionista controlador, materializada na 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 06 de janeiro de 2025, que delineou o caminho a ser seguido pela administração a partir do exercício de 2025, no âmbito do seu processo de desestatização. Assim sendo, as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, ou mudanças nos critérios de avaliação, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da CELGP.

1.9.Processo de desestatização da companhia e alienação de participações societárias

O processo de desestatização da CELGP foi iniciado a partir do Ofício nº 3357/2023/SGG e da Lei Estadual nº 22.286/2023, e conforme resumido a seguir:

a) Ofício nº 3357/2023/SGG, de 02 de junho de 2023, enviado e recebido na CELGP no dia 22 de junho de 2023, na qual a Secretária-geral da Governadoria, na qualidade de representante do acionista controlador da CELGP, determinou a contratação de empresa para a elaboração de estudos e posterior assessoria para a operação de alienação da companhia e suas participações em outros empreendimentos; e

Notas Explicativas

b) A Lei Estadual nº 22.286, de 26 de setembro de 2023, publicada no suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás de 26 de setembro de 2023 – autorizou o Poder Executivo do Estado de Goiás a promover medidas de desestatização da CELGPARG.

A partir dessas determinações foi efetuada a instrução processual objetivando a contratação de serviços especializados de estruturação para estudo e assessoria da operação de alienação da CELGPARG e das suas participações em outros empreendimentos, com a análise precedente da melhor opção da modelagem de alienação, haja vista o objetivo final de retorno do valor da alienação aos seus acionistas. Esses estudos envolveram a definição da melhor opção de venda e incluíram a análise da alienação da participação societária da CELGPARG nos seguintes empreendimentos:

Investida	Participação	CNPJ
Energética Corumbá III S.A.	37,5%	04.631.430/0001-62
Energética Fazenda Velha S.A.	20,0%	11.792.420/0001-74
Firminópolis Transmissão S.A.	100,0%	24.253.735/0001-95
Lago Azul Transmissão S.A. (a)	100,0%	19.698.987/0001-98
Pantanal Transmissão S.A.	49,0%	18.726.961/0001-43
Planalto Solar Park S.A.	49,0%	25.509.809/0001-08

(a) A CELGPARG que detinha a participação de 50,1% da Lago Azul Transmissão S.A. passou em 18 de fevereiro de 2025 a deter 100% do controle acionário daquela companhia, mudança essa decorrente da operação de descruzamento das ações detidas pela CELGPARG na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., conforme descrito na letra “b” dessa nota e na nota explicativa nº 1.7. A partir daquela data a CELGPARG passou a não deter participação acionária na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., que passou a ser controlada pela Eletrobras.

O trabalho foi realizado e implementado pelo Consórcio Estruturador CRH Consultoria, e contemplou a fixação de preço mínimo da CELGPARG, fixação do preço mínimo de cada negócio, ou seja, de cada participação societária, fixação de preço mínimo para os contratos de concessão em separado detidos pela CELGPARG, avaliação e apresentação de cenários de alienação, observadas as características do setor elétrico brasileiro, normas legais específicas, legislação antitruste, regras e condições regulatórias aplicáveis.

Em consonância com a Lei nº 22.286/2023 e em atendimento às decisões proferidas na 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 06 de janeiro de 2025, o acionista majoritário (Governo do Estado de Goiás), após apreciar os estudos elaborados pelo Consórcio Estruturador CRH Consultoria, votou por aprovar a modelagem “c”, variante (5), cenário (3) – que, em síntese, aborda a alienação da CELGPARG e das suas participações societárias em investidas, separadamente, fixando que após a alienação das participações societárias nas investidas, que a CELGPARG entre em *phase-out* (retirada de operação progressiva), seja por meio de sua alienação, liquidação ou incorporação.

Notas Explicativas

Concomitantemente, na 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi autorizado à diretoria da CELGP a elaborar o plano de negócios para o exercício de 2025, considerando as seguintes diretrizes:

- a) Alienação de todas as investidas, ou seja, das participações societárias da CELGP e do Estado de Goiás, seguindo cronograma aprovado pelo conselho de administração;
- b) Estruturação da *holding* (controladora) para que, imediatamente após a alienação das participações societárias nas investidas, também seja alienada, liquidada ou incorporada, finalizando suas operações;
- c) Apresentação, pela CELGP, quanto as alternativas para aproveitamento do seu quadro de pessoal;
- d) Apresentação das alternativas de soluções em relação ao patrimônio imobiliário da CELGP, além dos ativos da UFV Anápolis, UFV Cachoeira Dourada e UFV Goiânia; e
- e) Autorizou a diretoria da CELGP a realizar apenas transações e operações que sejam condizentes com o objeto e objetivo deliberado no item (i), qual seja, alienar as participações societárias nas investidas e finalizar as atividades da *holding* (controladora), incluindo contratos, negociações e afins.

Desta forma, estabeleceu-se a necessidade de se proceder à análise das opções disponíveis para suporte e assessoria para a alienação de todas as investidas, o qual apontou, conforme decisão final proferida no conselho de administração, a estruturação da venda destas em um Leilão Especial, com lotes individuais separados, a ser realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em 19 de maio de 2025 foi publicado o Edital CELGP nº 01/2025 ("Edital"), que tem por objeto a alienação da totalidade de suas participações acionárias nas seguintes investidas: i) 100% (cem por cento) das ações de emissão da Firminópolis Transmissão S.A.; ii) 100% (cem por cento) das ações de emissão da Lago Azul Transmissão S.A.; iii) 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Pantanal Transmissão S.A.; iv) 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Energética Fazenda Velha S.A.; e v) 37,5% (trinta e sete e meio por cento) das ações de emissão da Energética Corumbá III S.A. O Leilão está previsto para ocorrer no dia 03 de outubro de 2025, a partir das 14h, na "B3", e o resultado está descrito na nota explicativa nº 33.

Também em 19 de maio de 2025, a CELGP comunicou ao mercado em geral e aos seus acionistas, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44, de 23 de agosto de 2021, a publicação naquela data do Edital CELGP nº 01/2025, relativo ao leilão para alienação da totalidade de suas participações acionárias nas investidas Firminópolis Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A., Pantanal Transmissão S.A., Energética Fazenda Velha S.A. e Energética Corumbá III S.A., conforme deliberações proferidas em sua 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 06 de janeiro de 2025.

Conforme Edital e suas retificações, as participações acionárias serão ofertadas em quatro lotes, pelo preço mínimo total de R\$ 194.683 mil: (i) Lote A: 100% das ações de emissão da Firminópolis Transmissão S.A. e 100% das ações de emissão da Lago Azul Transmissão S.A., pelo preço mínimo de R\$ 62.191 mil; (ii) Lote B: 49% das ações de emissão da Pantanal Transmissão S.A., pelo preço mínimo de R\$ 31.903 mil; (iii) Lote C: 20% das ações de emissão

Notas Explicativas

da Energética Fazenda Velha S.A., pelo preço mínimo de R\$ 8.749 mil; e (iv) Lote D: 25% das ações ordinárias de emissão da Energética Corumbá III e 50% das ações preferenciais de emissão da Energética Corumbá III, totalizando 37,5% do capital social total da companhia, pelo preço mínimo de R\$ 91.840 mil.

1.10.Nível de segurança da barragem da PCH Rochedo

Conforme Relatório de Inspeção de Segurança Regular (ISR) da Usina Rochedo, de maio/2025 e o Formulário de Segurança de Barragens (FSB), de fevereiro/2025, elaborados pela CELGP em atendimento à Lei Federal nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal nº 14.066/2020, de Segurança de Barragem e à Resolução Normativa ANEEL nº 1.064/2023, a barragem da Usina Rochedo se encontra com o nível de segurança de **“atenção”**, quando as anomalias não comprometem a segurança da barragem no curto prazo, mas exigem monitoramento, controle ou reparo no decurso do tempo.

A CELGP contratou empresa especializada para execução da obra de reforço na barragem da Usina Rochedo, estando em fase de elaboração do projeto executivo, com a conclusão da obra e retorno ao nível de segurança **“normal”** previstos para 2026.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias – Individuais e Consolidadas

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da CELGP do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

A companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas.

Estas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pela administração da companhia em reunião realizada em 10 de novembro de

Notas Explicativas

2025. A administração declara, ainda, que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("moeda funcional").

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.2. Informações contábeis consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas dizem respeito as informações da CELGPARG (controladora) e de suas subsidiárias integrais Firminópolis Transmissão S.A. (controlada) e Lago Azul Transmissão S.A. (controlada), como exposto nas notas explicativas a seguir.

2.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, e como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

2.4. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto

A administração da companhia decidiu a partir do exercício de 2025 utilizar para fins de reporte a apresentação da DFC pelo método indireto. A mudança da DFC do método direto para DFC pelo método indireto se justifica, principalmente pela conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade (IFRS), facilidade de análise para os diferentes *stakeholders*, ser amplamente utilizada no Brasil e por conciliar o resultado contábil com o fluxo de caixa operacional da companhia. Ou seja, em síntese, a administração da companhia justifica a referida mudança com base:

- a) Conformidade com as IFRS: a maioria das companhias que adotam as IFRS optam pelo método indireto, o que facilita a comparação com outras empresas globalmente;
- b) Maior facilidade de análise: a DFC indireta permite uma análise mais aprofundada do fluxo de caixa, destacando as fontes e aplicações de recursos, o que é importante para tomadas de decisão e avaliação do desempenho financeiro;
- c) Transparência e comparabilidade: ao utilizar o método indireto, a companhia demonstra como o lucro líquido se transforma em caixa líquido, tornando a análise mais transparente e comparável com outras empresas;

Notas Explicativas

d) Maior facilidade na análise para investidores e analistas: a DFC indireta é mais fácil de ser interpretada por investidores e analistas, pois permite uma análise mais detalhada das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da companhia; e

e) Redução da dependência do caixa: a DFC indireta permite uma visão mais abrangente do desempenho financeiro da companhia, não se limitando apenas ao caixa, mas considerando também outros fatores que afetam o fluxo de caixa, como a variação de créditos e débitos, ou seja, de ativos e passivos.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e disposto na nota explicativa nº 2 daquelas demonstrações.

3.1. Normas e práticas contábeis e estimativas críticas

A companhia avaliará as novas ou alterações de normas e interpretações dos pronunciamentos contábeis aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025 e aplicará as orientações, caso haja impacto nas demonstrações financeiras intermediárias, em consonância com o disposto nas demonstrações financeiras anuais.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da companhia requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes, e estão divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados a cada período de reporte

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais métodos de cálculo de estimativas, em relação ao exercício anterior e, dessa forma, conforme permitido pelo CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, a administração optou por não divulgar novamente em detalhes os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas adotadas pela companhia. Assim, faz-se necessário a leitura destas demonstrações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Notas Explicativas

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários e aplicações de curto prazo com vencimento original de até três meses, líquido dos saldos bancários a descoberto.

O valor contábil desses ativos não difere do seu valor justo. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em 30 de setembro de 2025 são compostas por fundo de investimento e certificados de depósito bancário (CDB), possuindo remuneração mensal de até 102% do CDI.

A composição dos saldos em caixa e equivalentes de caixa é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa	123	67	123	67
Contas Bancárias à Vista	123	67	123	67
Equivalentes de Caixa	246.610	203.744	257.405	207.768
Principal	202.714	179.670	213.194	183.676
Rendimento Acumulado	52.112	29.248	52.506	29.275
(-) Provisão de IRRF	(8.213)	(5.043)	(8.292)	(5.048)
(-) Provisão de IOF	(3)	(131)	(3)	(135)
	246.733	203.811	257.528	207.835

5. Contas a Receber

A composição dos saldos em contas a receber é formada pelos seguintes valores:

Controladora								
Descrição	Corrente a Vencer	Corrente Vencida				30/09/2025	31/12/2024	
	Até 60 dias	Até 90 dias						
Suprimento de Energia - Não Faturado	1.078	-				1.078	1.048	
Energia Elétrica de Curto Prazo -	-	234				234	226	
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não	177	-				177	124	
	1.255	234				1.489	1.398	

Consolidado								
Descrição	Corrente a Vencer	Corrente Vencida				PCLD	30/09/2025	31/12/2024
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Suprimento de Energia - Não Faturado	1.078	-	-	-	-	-	1.078	1.048
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Faturado	738	135	23	115	349	(673)	687	289
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Não Faturado	958	-	-	-	-	(10)	948	914
Energia Elétrica de Curto Prazo - Faturado	-	234	-	-	-	-	234	226
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado	177	-	-	-	-	-	177	124
	2.951	369	23	115	349	(683)	3.124	2.601

A provisão para créditos de liquidação duvidosa descrita no quadro anterior foi constituída considerando os critérios expostos na nota explicativa nº 3.3 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024, e as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado				30/09/2025
	31/12/2024	Provisões	Reversões	Baixas	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	225	447	(4)	15	683

6. Tributos Compensáveis

A composição dos tributos compensáveis é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Tributos Federais				
Imposto de Renda (a)		277	475	1.555
Contribuição Social (a)		38	43	158
Imposto de Renda Retido na Fonte (b)	8.213	5.043	8.336	5.047
PIS	-	-	3	-
COFINS	-	-	14	-
Outros	-	-	12	-
	8.528	6.756	8.883	6.760

(a) Saldo negativo de imposto de renda apurado no exercício de 2025, e com compensação prevista para o exercício de 2026.

(b) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

7. Empréstimos

O saldo em empréstimos é composto por contrato particular de mútuo financeiro efetuado entre a CELGP e a Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (anterior controlada CELG D), no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à taxa de 6,8% a.a.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Equatorial Goiás (Mútuo)	16.399	15.655	18.915	31.241	16.399	15.655	18.915	31.241

A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado		30/09/2025
	31/12/2024	Juros Incorridos	Amortização Recebida	Juros Recebidos	
Equatorial Goiás (Mútuo)	46.896	2.022	(11.542)	(2.062)	35.314

A previsão de amortização dos empréstimos é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado		30/09/2025
	31/12/2024	Juros Incorridos	Amortização Recebida	Juros Recebidos	
Equatorial Goiás (Mútuo)	46.896	2.022	(11.542)	(2.062)	35.314

Controladora e Consolidado						
Descrição	Vencimento	2025	2026		2027	Total
		CP	CP	LP	LP	
Equatorial Goiás (Mútuo)	15/10/2027	4.073	12.327	4.246	14.668	35.314

Notas Explicativas

8. Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Dado o exposto na nota explicativa nº 1.9, em 30 de setembro de 2025, as investidas acima foram classificadas como ativos mantidos para venda, em linha com o disposto no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, apresentando a seguinte composição:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Investimento	295.267	-	157.923	-
Corumbá III	96.345	-	96.345	-
Fazenda Velha	7.099	-	7.099	-
Pantanal	54.479	-	54.479	-
Lago Azul	54.985	-	-	-
Firminópolis	82.359	-	-	-
(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(114.337)	-	(114.337)	-
	180.930	-	43.586	-

Os ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Dessa forma, os valores das investidas foram mensuradas pelo valor justo menos os custos de venda, por representar o menor valor dentre aqueles dois. Trata-se de valor justo não recorrente, mensurado com base no valor e as regras do leilão, e em laudos de avaliação, conforme quadro a seguir:

Investida	Valor Contábil	Ajuste ao Valor de Mercado	Ativo Não Circulante Mantido para Venda
Energética Corumbá III S.A.	96.345	(18.142)	78.203
Energética Fazenda Velha S.A.	7.099	-	7.099
Pantanal Transmissão S.A.	54.479	(25.116)	29.363
Lago Azul Transmissão S.A.	54.985	(38.964)	16.021
Firminópolis Transmissão S.A.	82.359	(32.115)	50.244
	295.267	(114.337)	180.930

9. Ativo de Contrato

Os contratos de concessão de geração de energia da CELGPARG são apresentados com base nos critérios previstos na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

O ativo de contrato inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa implícita do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, em linha com o CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as geradoras/transmissoras reconhecem a receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Notas Explicativas

O ativo tem a natureza de ativo de contrato até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAG/RAP, quando o montante correspondente é reclassificado para as contas a receber (ativo financeiro). Isto porque as geradoras/transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da amortização da receita de construção da infraestrutura da concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M, e, amortizar parcela da receita de juros. A formação do ativo de contrato das geradoras/transmissoras é uma estimativa contábil.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como contas a receber (ativo financeiro), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de geração/transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União.

O saldo e a movimentação do ativo de contrato é a seguinte em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Controladora			Consolidado				
	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Total	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Firminópolis	Lago Azul	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.653	26.930	64.583	37.653	26.930	90.865	-	155.448
Receita de Construção	1.184	1.515	2.699	1.184	1.515	-	-	2.699
Receita Financeira	3.640	3.075	6.715	3.640	3.075	8.072	3.818	18.605
Amortização	(2.383)	(2.317)	(4.700)	(2.383)	(2.317)	(6.750)	(3.440)	(14.890)
Ganhos (Perdas) em RTA/RTP (a)	(6.088)	(911)	(6.999)	(6.088)	(911)	1.327	748	(4.924)
Outros Movimentos	-	28	28	-	28	-	51.525	51.553
Saldos em 30 de setembro de 2025	34.006	28.320	62.326	34.006	28.320	93.514	52.651	208.491
Circulante			6.359					20.555
Não Circulante			55.967					187.936
Receita Anual de Geração (RAG)	5.111	4.653	9.764	5.111	4.653	-	-	9.764
Receita Anual Permitida (RAP)	-	-	-	-	-	8.549	4.482	13.031
Receita de Operação e Manutenção	2.728	2.336	5.064	2.728	2.336	1.799	1.042	7.905

O saldo e a movimentação do ativo de contrato em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado				
	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Total	UHE São Domingos	UHE Rochedo	Firminópolis	Lago Azul	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	40.655	28.971	69.626	40.655	28.971	89.204	-	158.830
Receita de Construção	866	3.290	4.156	866	3.290	-	-	4.156
Receita Financeira	5.148	4.422	9.570	5.148	4.422	10.556	-	20.126
Amortização	(3.253)	(3.038)	(6.291)	(3.253)	(3.038)	(8.676)	-	(14.967)
Ganhos (Perdas) em RTA/RTP (a)	(5.627)	(6.700)	(12.327)	(5.627)	(6.700)	(219)	-	(12.546)
Outros Movimentos	(136)	(15)	(151)	(136)	(15)	-	-	(151)
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	37.653	26.930	64.583	37.653	26.930	90.865	-	155.448
Circulante			6.284					15.297
Não Circulante			58.299					140.151
Receita Anual de Geração (RAG)	6.809	6.095	12.904	6.809	6.095	-	-	12.904
Receita Anual Permitida (RAP)	-	-	-	-	-	10.865	-	10.865
Receita de Operação e Manutenção	3.556	3.057	6.613	3.556	3.057	2.189	-	8.802

(a) Quando são homologados os novos valores de receita, anualmente, a companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo. Os montantes são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo, projetados com base em estimativas e trazidos a valor presente.

9.1. Atividade de geração e transmissão

Quando a fase de construção da infraestrutura de geração e transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativo de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade e construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião de Revisão Tarifária Periódica (RTP) e/ou Reajuste Tarifário Anual (RTA), o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAP/RAG futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de geração e transmissão, representada pela RAG/RAP, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do período e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Notas Explicativas

Informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de geração e transmissão estão descritas nas notas explicativas nº 3.11 e 3.26 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024.

10. Outros Ativos

A composição dos saldos em outros ativos é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Créditos a Receber	9.818	11.408	91.128	102.390	9.928	10.659	92.576	102.573
Empregados	35	36	-	-	35	39	-	-
Fornecedores	2	2	-	-	83	79	-	-
Alienação de Bens e Direitos (a)	71	515	-	-	71	515	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a Receber (b)	245	8.216	-	-	245	7.387	-	-
Energética Corumbá III S.A.	-	4.596	-	-	-	4.596	-	-
Pantanal Transmissão S.A.	245	1.025	-	-	245	1.025	-	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	-	976	-	-	-	976	-	-
Lago Azul Transmissão S.A.	-	790	-	-	-	790	-	-
Firminópolis Transmissão S.A.	-	829	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	29	-	-	-
Outros Investimentos (c)	9.465	2.639	91.128	102.390	9.465	2.639	92.576	102.573
Desativações em Curso (d)	-	545	-	-	-	545	-	-
	9.818	11.953	91.128	102.390	9.928	11.204	92.576	102.573

(a) Valores a receber da alienação de propriedades para investimento.

(b) Saldo de dividendos a receber das investidas.

(c) Valores a receber relacionados a Ordens de Dispêndio Reembolsável (ODR). O saldo se refere principalmente à ODR de Usinas Fotovoltaicas (UFV) decorrente de convênio firmado com o Estado de Goiás, e, ao valor a receber decorrente dos direitos creditórios da venda do imóvel “Clube da 90” (antigo Clube da CELG) junto à Associação Salgado de Oliveira (ASOEC), em discussão judicial conforme nota explicativa nº 11.2, e que foi reclassificado para propriedade para investimento.

(c) Processos em curso de Ordens de Desativação (ODD) de equipamentos e/ou outros bens, por obsolescência, operacionalidade, modernização e outros.

11. Investimentos

A composição e movimentação dos investimentos é a seguinte:

Descrição	Controladora								
	31/12/2024	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital e AFAC	Amortização de Ágio	Dividendos (MEP)	Aquisição de Investida	Ajuste ao Valor Justo	Clube da 90	Alienação / Reclassificação (a)
Ivestidas	299.185	29.027	9.437	150	-	26.702	-	-	(348.770)
Corumbá III	80.410	15.457	-	-	-	-	-	-	(95.867)
Fazenda Velha	7.366	633	-	(900)	-	-	-	-	(7.099)
Pantanal	49.613	5.556	-	(690)	-	-	-	-	(54.479)
Vale do São Bartolomeu (a)	52.142	385	-	976	-	-	-	-	(53.503)
Lago Azul	25.887	1.606	-	790	-	26.702	-	-	(54.985)
Firminópolis	76.629	5.730	-	-	-	-	-	-	(82.359)
Planalto	6.634	(340)	9.437	-	-	-	-	-	-
Corumbá III (Ágio)	504	-	-	(26)	-	-	-	-	(478)
Imóveis (b)	74.130	-	-	-	-	-	(158)	10.632	(2)
	373.315	29.027	9.437	150	-	26.702	(158)	10.632	(348.772)

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2024	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital e AFAC	Amortização de Ágio	Dividendos (MEP)	Aquisição de Controlada	Ajuste ao Valor Justo	Clube da 90	Alienação / Reclassificação (a)	30/09/2025
Investidas	222.556	21.561	9.437	(26)	176	(26.547)	-	-	(211.426)	15.731
Corumbá III	80.410	15.457	-	-	-	-	-	-	(95.867)	-
Fazenda Velha	7.366	633	-	-	(900)	-	-	-	(7.099)	-
Pantanal	49.613	5.556	-	-	(690)	-	-	-	(54.479)	-
Vale do São Bartolomeu (a)	52.142	385	-	-	976	-	-	-	(53.503)	-
Lago Azul	25.887	(130)	-	-	790	(26.547)	-	-	-	-
Planalto	6.634	(340)	9.437	-	-	-	-	-	-	15.731
Corumbá III (Ágio)	504	-	-	(26)	-	-	-	-	(478)	-
Imóveis (b)	74.130	-	-	-	-	-	(158)	10.632	(2)	84.602
	296.686	21.561	9.437	(26)	176	(26.547)	(158)	10.632	(211.428)	100.333

(a) A investida Vale do São Bartolomeu foi alienada em 18 de fevereiro de 2025 conforme nota explicativa nº 1.7. As investidas Corumbá III, Fazenda Velha, Pantanal, Lago Azul e Firminópolis foram reclassificadas para Ativo Não Circulante Mantido para Venda.

(b) Se referem a imóveis inservíveis à concessão, mensurados ao valor justo através de laudos de avaliação de empresa independente, classificados como Propriedade para Investimento, incluindo o imóvel denominado “Clube da 90”, conforme nota explicativa nº 11.2.

O cálculo da equivalência patrimonial no período está demonstrado a seguir:

Investida	Participação no Capital Social (%)	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado do Período	Valor do Investimento	Equivalência Patrimonial			
					Controladora		Consolidado	
					30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Corumbá III	37,5%	255.645	41.219	95.867	15.457	14.474	15.457	14.474
Fazenda Velha	20,0%	35.495	3.167	7.099	633	475	633	475
Pantanal	49,0%	111.181	11.339	54.479	5.556	3.109	5.556	3.109
Vale do São Bartolomeu	10,0%	-	3.851	-	385	2.972	385	2.972
Lago Azul	100,0%	54.985	1.736	54.985	1.606	669	(130)	669
Firminópolis	100,0%	82.359	5.730	82.359	5.730	4.751	-	-
Planalto	49,0%	32.105	(694)	15.731	(340)	(22)	(340)	(22)
			66.348	310.520	29.027	26.428	21.561	21.677

11.1.Plano de alienação das propriedades para investimento - imóveis

O plano de alienação dos bens imóveis não vinculados à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, classificados como propriedades para investimento, possui as seguintes premissas:

- Há intenção de venda, e, em regra, a modalidade de venda acontecerá via leilão público;
- Os prazos dependem de cada imóvel em função dos atos da cisão para transferências do domínio para a CELGPAR, envolvendo cartórios de registro de imóveis, e processos de isenção de ITBI nas prefeituras municipais; e
- Os valores de venda são definidos conforme laudo de avaliação. Geralmente, o preço do leilão é o valor médio (valor de mercado), podendo em alguns casos iniciar com o preço mínimo, caso não seja arrematado nos leilões.

11.2. Imóvel denominado “Clube da 90 – antigo clube da CELG”

Notas Explicativas

Esse imóvel está localizado à Rua 90, Quadra F-44, Setor Sul, Goiânia-GO, antigo Clube Recreativo dos Empregados da CELG, e se encontra em discussão judicial relacionada ao contrato de compra e venda anteriormente firmado, na qual a outra parte inadimpliu-se de suas obrigações. A CELGP tem consignado os direitos creditórios sobre esse imóvel (Clube da 90 – Antigo Clube da CELG).

O possível desfecho desse processo judicial poderá ocorrer no exercício de 2026, e a companhia entende, com base na opinião dos seus assessores legais, existir a possibilidade provável de que seja rescindindo o contrato, com restituição do imóvel à CELGP, mediante devolução dos valores pagos pela ASOEC, devidamente corrigidos, ao passo que a ASOEC (Associação Salgado de Oliveira) deve pagar indenização à CELGP pela utilização do imóvel entre o período de 2004 a 2024.

Com a provável finalização do processo no exercício de 2026, e, se iniciará a execução. A rescisão do contrato já foi declarada em sentença, confirmada no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e a chance de reforma da decisão é remota.

Notas Explicativas**12. Imobilizado**

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação e deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é calculada sobre os bens do imobilizado em serviço, cujas taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixas futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização.

A composição dos saldos do imobilizado é formada pelos seguintes valores:

Controladora										
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)					Depreciação Acumulada			Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências e Unitizações	30/09/2025	31/12/2024	Depreciação do Período	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024
Administração	2.300	-	-	-	2.300	(1.650)	(18)	(1.668)	632	650
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15	-	-	-	15	(1)	-	(1)	14	14
Máquinas e Equipamentos	2.268	-	-	-	2.268	(1.639)	(14)	(1.653)	615	629
Móveis e Utensílios	17	-	-	-	17	(10)	(4)	(14)	3	7
Ativo Imobilizado em Serviço	2.300	-	-	-	2.300	(1.650)	(18)	(1.668)	632	650
Geração	4.538	-	-	-	4.538	-	-	-	4.538	4.538
A Ratear	4	-	-	-	4	-	-	-	4	4
Desenvolvimento de Projetos	4.534	-	-	-	4.534	-	-	-	4.534	4.534
Administração	-	45	(42)	-	3	-	-	-	3	-
Máquinas e Equipamentos	-	3	-	-	3	-	-	-	3	-
Material em Depósito	-	-	(42)	42	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	42	-	(42)	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso	4.538	45	(42)	-	4.541	-	-	-	4.541	4.538
Imobilizado - Ativos sob Direito de Uso	2.491	56	-	-	2.547	(1.748)	(517)	(2.265)	282	743
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.491	56	-	-	2.547	(1.748)	(517)	(2.265)	282	743
	9.329	101	(42)	-	9.388	(3.398)	(535)	(3.933)	5.455	5.931

Notas Explicativas

Consolidado											
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)					Depreciação Acumulada				Valor	Valor
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências e Unitizações	30/09/2025	31/12/2024	Adições	Depreciação do Período	30/09/2025	Líquido em 30/09/2025	Líquido em 31/12/2024
Administração	2.300	19	-	-	2.319	(1.650)	(13)	(21)	(1.684)	635	650
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15	-	-	-	15	(1)	-	-	(1)	14	14
Máquinas e Equipamentos	2.268	19	-	-	2.287	(1.639)	(13)	(17)	(1.669)	618	629
Móveis e Utensílios	17	-	-	-	17	(10)	-	(4)	(14)	3	7
Ativo Imobilizado em Serviço	2.300	19	-	-	2.319	(1.650)	(13)	(21)	(1.684)	635	650
Geração	4.538	-	-	-	4.538	-	-	-	-	4.538	4.538
A Ratear	4	-	-	-	4	-	-	-	-	4	4
Desenvolvimento de Projetos	4.534	-	-	-	4.534	-	-	-	-	4.534	4.534
Administração	-	45	(42)	-	3	-	-	-	-	3	-
Máquinas e Equipamentos	-	3	-	-	3	-	-	-	-	3	-
Material em Depósito	-	-	(42)	42	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	42	-	(42)	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso	4.538	45	(42)	-	4.541	-	-	-	-	4.541	4.538
Imobilizado - Ativos sob Direito de Uso	2.491	56	-	-	2.547	(1.748)	-	(517)	(2.265)	282	743
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.491	56	-	-	2.547	(1.748)	-	(517)	(2.265)	282	743
	9.329	120	(42)	-	9.407	(3.398)	(13)	(538)	(3.949)	5.458	5.931

Notas Explicativas

12.1. Bens vinculados à concessão e permissão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, anexo IV, módulo IV, estabelece os procedimentos para a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica ou à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico.

12.2. Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

12.3. Imobilizado em curso

Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração.

12.4. Ativos de direito de uso

O arrendamento da sede da companhia representa um ativo de direito de uso, ou seja, o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Para o cálculo se estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento (*spread* de crédito). Para isso, a taxa de desconto foi formada por dois componentes extraídos de debêntures emitidas por empresas do setor elétrico: rentabilidade e custo de emissão das debêntures. O resultado foi uma taxa de 6,19% a.a.

Com a taxa de desconto e os dados do contrato de arrendamento se encontrou um passivo de arrendamento (valor presente dos pagamentos do arrendamento) no valor de R\$ 2.369 mil, somado aos custos previstos de R\$ 178 mil a serem incorridos pelo arrendatário na restauração do ativo de direito de uso na condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, o resultado encontrado foi o ativo de direito de uso no valor de R\$ 2.547 mil (Em 2024, o valor de R\$ 2.491 mil).

Notas Explicativas

12.5. Análise do valor de recuperação de ativo

Em linha com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, para fins de análise de recuperação, o menor nível de unidade geradora de caixa considerado foi cada uma das concessões detidas, analisadas individualmente.

Estimou-se o valor recuperável das unidades geradoras de caixa com base no seu valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados para estes ativos, e com base nas premissas relacionadas a seguir. Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da companhia até o término das concessões, tendo como principais premissas:

- a) Cenários macroeconômicos obtidos através de consultorias conceituadas no mercado;
- b) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e,
- c) Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável desses ativos superou seu valor contábil e, portanto, não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Conforme disposto no laudo de avaliação datado de 02 de janeiro de 2024, emitido pela empresa Taticca Auditores e Consultores Ltda., a companhia realizou o teste de recuperabilidade dos bens móveis e imóveis vinculados as usinas fotovoltaicas (UFV Cachoeira Dourada, UFV Goiânia, UFV Anápolis e UFV Rochedo), registrados no ativo imobilizado em curso, evidenciando os valores para os ativos das referidas UFV's, que compõe o patrimônio da CELGPARG, assegurando que seus ativos estão registrados contabilmente com valores que não excedem seus valores de recuperação.

13. Intangível

O saldo do intangível é composto basicamente por direitos de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida, bonificação de outorga da UHE Rochedo (ICPC 01) e softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e que teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A composição dos saldos e movimentação do intangível estão descritos no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Controladora								
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)			Amortização Acumulada			Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	30/09/2025	31/12/2024	Amortização do Período	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024
Geração	8.435	-	8.435	(2.327)	(218)	(2.545)	5.890	6.108
Outros	8.435	-	8.435	(2.327)	(218)	(2.545)	5.890	6.108
Administração	1.589	-	1.589	(1.064)	(8)	(1.072)	517	525
Softwares	1.589	-	1.589	(1.064)	(8)	(1.072)	517	525
Ativo Intangível em Serviço	10.024	-	10.024	(3.391)	(226)	(3.617)	6.407	6.633
Administração	237	300	537	-	-	-	537	237
Softwares	237	300	537	-	-	-	537	237
Ativo Intangível em Curso	237	300	537	-	-	-	537	237
	10.261	300	10.561	(3.391)	(226)	(3.617)	6.944	6.870

Notas Explicativas

Consolidado								
Descrição	Valor Original Contábil (VOC)			Amortização Acumulada			Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2024	Adições	30/09/2025	31/12/2024	Amortização do Período	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024
Geração	8.435	-	8.435	(2.327)	(218)	(2.545)	5.890	6.108
Outros	8.435	-	8.435	(2.327)	(218)	(2.545)	5.890	6.108
Administração	1.589	-	1.589	(1.064)	(8)	(1.072)	517	525
Softwares	1.589	-	1.589	(1.064)	(8)	(1.072)	517	525
Ativo Intangível em Serviço	10.024	-	10.024	(3.391)	(226)	(3.617)	6.407	6.633
Transmissão	-	63	63	-	-	-	63	-
Servidões	-	63	63	-	-	-	63	-
Administração	237	300	537	-	-	-	537	237
Softwares	237	300	537	-	-	-	537	237
Ativo Intangível em Curso	237	363	600	-	-	-	600	237
	10.261	363	10.624	(3.391)	(226)	(3.617)	7.007	6.870

Notas Explicativas

14. Fornecedores

A composição dos saldos em fornecedores é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Encargos de Uso da Rede Elétrica	205	241	214	250
Materiais e Serviços	332	423	618	607
Imobilizações em Curso	627	504	627	504
	1.164	1.168	1.459	1.361

15. Empréstimos e Financiamentos

15.1.Passivo de arrendamento

O arrendamento da sede da companhia representa um ativo de direito de uso, ou seja, o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Para o cálculo se estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento (*spread* de crédito). Para isso, a taxa de desconto foi formada por dois componentes extraídos de debêntures emitidas por empresas do setor elétrico: rentabilidade e custo de emissão das debêntures. O resultado foi uma taxa de 6,19% a.a. Com a taxa de desconto e os dados do contrato de arrendamento se encontrou um passivo de arrendamento (valor presente dos pagamentos do arrendamento).

15.2.Empréstimos e financiamentos

A seguir são detalhados os valores dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Vencimento	Encargos Anuais (%)	Moeda	Controladora				Consolidado			
				Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
				30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Empréstimos e Financiamentos				-	-	-	-	2.550	2.553	8.042	9.898
Principal				-	-	-	-	2.550	2.553	8.042	9.898
Banco do Brasil S.A.	01/12/2029	9,500%	Real	-	-	-	-	2.550	2.553	8.042	9.898
Arrendamento Mercantil				371	632	-	127	371	632	-	127
Contratos de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	376	660	-	128	376	660	-	128
(-) Ajuste a Valor Presente	10/03/2026	6,1884%	Real	(5)	(28)	-	(1)	(5)	(28)	-	(1)
				371	632	-	127	2.921	3.185	8.042	10.025

A seguir são apresentadas as movimentações dos empréstimos e financiamentos durante o período, da controladora e consolidado:

Descrição	Vencimento	Encargos Anuais (%)	Moeda	Controladora					
				31/12/2024	Remensuração	Juros	Amortização Paga	Juros Pagos	30/09/2025
Arrendamento Mercantil				759	43	34	(441)	(24)	371
Contratos de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	788	53	-	(441)	(24)	376
(-) Juros de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	(29)	(10)	34	-	-	(5)
				759	43	34	(441)	(24)	371

Notas Explicativas

Consolidado									
Descrição	Vencimento	Encargos Anuais (%)	Moeda	31/12/2024	Remensuração	Juros	Amortização Paga	Juros Pagos	30/09/2025
Empréstimos e Financiamentos				12.451	-	664	(1.828)	(695)	10.592
Banco do Brasil S.A. (FCO)	01/12/2029	9,5000%	Real	12.451					
Arrendamento Mercantil				759	43	34	(441)	(24)	371
Contratos de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	788	53	-	(441)	(24)	376
(-) Juros de Arrendamento	10/03/2026	6,1884%	Real	(29)	(10)	34	-	-	(5)
				13.210	43	698	(2.269)	(719)	10.963

O quadro a seguir apresenta os valores de pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos, da controladora e consolidado:

Controladora			
Descrição	2025	2026	Total
	CP	CP	
Arrendamento Mercantil	234	137	371
Contratos de Arrendamento	238	138	376
(-) Ajuste a Valor Presente	(4)	(1)	(5)

Consolidado						
Descrição	2025	2026		2027	2028	2029
	CP	CP	LP	LP	LP	LP
Empréstimos e Financiamentos	694	1.856	619	2.474	2.475	2.474
Principal	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A. (FCO)	694	1.856	619	2.474	2.475	2.474
Arrendamento Mercantil	234	137	-	-	-	-
Contratos de Arrendamento	238	138	-	-	-	-
(-) Ajuste a Valor Presente	(4)	(1)	-	-	-	-
	928	1.993	619	2.474	2.475	2.474

15.3.Empréstimos e financiamentos - Firminópolis Transmissão S.A.

A subsidiária integral Firminópolis Transmissão S.A. firmou em 28 de dezembro de 2017 contrato de abertura de crédito fixo nº 511.600.324 com o Banco do Brasil S.A., no montante de até R\$ 24.555 mil, mediante utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – Modalidade FCO Empresarial (“FCO Empresarial”), com taxa de juros de 9,5% a.a. e bônus de adimplência de 15%. O contrato vencer-se-á em 144 meses, contados a partir da data de assinatura, incluindo o período de carência que foi de 6 (seis) meses contados a partir da data de entrada em operação comercial ou março de 2019, que findou em 02 de setembro de 2019.

15.4.Fundos vinculados e garantias

Por força do referido contrato de financiamento (contrato nº 511.600.324 com o Banco do Brasil S.A.), a companhia cedeu fiduciariamente, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2016 – ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL. A interveniente CELGPARG deu ao Banco do Brasil S.A., em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da companhia, e de sua titularidade.

Notas Explicativas

A transmissora deverá manter durante todo o prazo do financiamento o mínimo de R\$ 1.000 mil na conta reserva FCO. Para fins de atendimento a companhia aplicou referido montante em cotas de fundos de investimento de renda fixa, tendo uma remuneração nos últimos 12 meses de 13,14% a.a. (10,87% a.a., em 2024). O saldo desse fundo classificado como investimentos temporários (Fundos Vinculados) no ativo não circulante, é o seguinte:

Descrição	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Fundos Vinculados	1.565	1.429
Principal	1.493	1.419
Rendimento Acumulado	72	10

15.5.Covenants e outras obrigações

O contrato de abertura de crédito fixo nº 511.600.324 contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas informações contábeis anuais. O ICSD deverá ser calculado a partir do ano subsequente ao da entrada em operação comercial. Em 31 de dezembro de 2024 o ICSD foi de 1,31, portanto, em linha com exigido no contrato.

16. Obrigações Sociais e Trabalhistas

A composição do saldo das obrigações sociais e trabalhistas é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Folha de Pagamento				
13º Salário	946	-	1.028	-
Férias	2.393	2.246	2.565	2.317
Tributos Retidos na Fonte	480	775	515	795
Consignações em Favor da Concessionária e/ou Terceiros	202	203	204	203
Outros	291	81	308	81
	4.312	3.305	4.620	3.396

Notas Explicativas

17. Tributos a Pagar

A composição dos saldos em tributos a pagar é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Tributos Federais	240	203	560	355
Imposto de Renda	-	-	174	64
Contribuição Social	-	-	60	55
PIS	37	32	53	38
COFINS	203	171	273	198
Tributos Municipais	3	-	3	-
ICMS	3	-	3	-
Contribuições Sociais	1.917	1.520	2.015	1.570
INSS	1.483	1.125	1.559	1.162
FGTS	434	395	456	408
Tributos Retidos na Fonte	46	66	98	92
Imposto de Renda Retido na Fonte	3	7	6	10
Contribuição Social	2	8	4	10
PIS	1	5	2	6
COFINS	6	24	17	30
INSS	23	14	43	21
ISS	11	8	26	15
Imobilizações em Curso	43	135	43	135
	2.249	1.924	2.719	2.152

18. Encargos Setoriais

A composição dos saldos em encargos setoriais é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15	14	170	128	36	27	577	295
FNDCT	8	8	-	-	20	15	-	-
MME	4	4	-	-	10	8	-	-
Recursos em Poder da Empresa	-	-	170	128	-	-	577	295
Recursos a Serem Recolhidos à CDE	3	2	-	-	6	4	-	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4	3	-	-	9	6	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	56	59	-	-	56	59	-	-
	75	76	170	128	101	92	577	295

19. Provisão para Litígios

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

As provisões são quantificadas ao valor presente de desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da companhia.

A composição das provisões para litígios consideradas como perda provável, a qual há constituição de provisão, é:

Controladora					
Litígios	31/12/2024	Constituição	Reversão	30/09/2025	
Trabalhistas	73	71	(144)	-	
Cíveis	235	1.252	-	1.487	
	308	1.323	(144)	1.487	
Consolidado					
Litígios	31/12/2024	Constituição	Reversão	Baixas e Outros	30/09/2025
Trabalhistas	73	71	(144)	-	-
Cíveis	1.569	3.128	(103)	74	4.668
	1.642	3.199	(247)	74	4.668

19.1.Processos com probabilidade de perda possível

A companhia possui ações de natureza cível envolvendo riscos de perda possível. A administração, com base na avaliação e opinião de seus assessores legais, classificou como perda possível e para as quais não constitui provisão, os seguintes valores:

Litígios	Reclamante	Probabilidade e de Perda	Controladora		Consolidado	
			30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhista	Ex-funcionários	Possível	-	120	-	179
Cíveis	Indenização e Fornecedores	Possível	29	1.298	29	2.940
Fiscais	União	Possível	-	-	1.757	-
Regulatórios	União e ANEEL	Possível	32	32	32	32
			61	1.450	1.818	3.151

19.2.Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A subsidiária integral Firminópolis Transmissão S.A. mantém discussão administrativa e judicial com a autoridade fiscal no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o imposto de renda e contribuição social a pagar dessa demanda será de cerca de R\$ 1.949 mil.

Notas Explicativas

20. Tributos Diferidos

A composição dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

Descrição	Ativo Fiscal Diferido			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	2.830	-	2.830	-
Provisão de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	(44)	-	(44)	-
Receita Diferida - Contrato de Longo Prazo	(1.049)	-	(1.049)	-
Ativo de Contrato	(1.221)	-	(1.221)	-
Deságio na Aquisição de Investida	(6.953)	-	(6.953)	-
Valor Justo de Propriedades para Investimento	(18.062)	-	(18.062)	-
Provisão de IOF	1	-	1	-
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	10	-	10	-
Ajuste ao Valor de Mercado das Investidas (a)	28.584	-	28.584	-
Amortização de Ágio	167	-	167	-
Provisão para Litígios Trabalhistas e Cíveis	372	-	372	-
PIS Diferido	183	-	183	-
COFINS Diferida	842	-	842	-
Contribuição Social	1.019	-	1.019	-
Provisão de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	(16)	-	(16)	-
Receita Diferida - Contrato de Longo Prazo	(378)	-	(378)	-
Ativo de Contrato	(439)	-	(439)	-
Deságio na Aquisição de Investida	(2.503)	-	(2.503)	-
Valor Justo de Propriedades para Investimento	(6.502)	-	(6.502)	-
Provisão de IOF	-	-	-	-
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	4	-	4	-
Ajuste ao Valor de Mercado das Investidas (a)	10.290	-	10.290	-
Amortização de Ágio	60	-	60	-
Provisão para Litígios Trabalhistas e Cíveis	134	-	134	-
PIS Diferido	66	-	66	-
COFINS Diferida	303	-	303	-
	3.849	-	3.849	-

(a) O ajuste ao valor de mercado das investidas gerou um ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

Passivo Fiscal Diferido				
Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	-	20.737	3.040	22.563
Provisão de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	117	9
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	-	31	-	31
Ativo de Contrato	-	1.785	2.923	3.602
Deságio na Aquisição de Investida	-	2.175	-	2.175
Valor Justo de Propriedades para Investimento	-	18.102	-	18.102
Provisão de IOF	-	(33)	-	(33)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	(8)	-	(8)
Amortização de Ágio	-	(161)	-	(161)
Provisão para Litígios Trabalhistas e Cíveis	-	(77)	-	(77)
PIS Diferido	-	(192)	-	(192)
COFINS Diferida	-	(885)	-	(885)
Contribuição Social	-	7.466	1.621	8.450
Provisão de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	42	3
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	-	11	-	11
Ativo de Contrato	-	643	1.579	1.624
Deságio na Aquisição de Investida	-	783	-	783
Valor Justo de Propriedades para Investimento	-	6.517	-	6.517
Provisão de IOF	-	(12)	-	(12)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	(3)	-	(3)
Amortização de Ágio	-	(58)	-	(58)
Provisão para Litígios Trabalhistas e Cíveis	-	(28)	-	(28)
PIS Diferido	-	(69)	-	(69)
COFINS Diferida	-	(318)	-	(318)
PIS	731	768	1.687	1.365
Provisão de RAG	18	17	18	17
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	1	1	1	1
Provisão de RAP	-	-	6	6
Ativo de Contrato	712	750	1.662	1.341
COFINS	3.368	3.538	7.781	6.292
Provisão de RAG	82	80	82	80
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	5	4	5	4
Provisão de RAP	-	-	29	28
Ativo de Contrato	3.281	3.454	7.665	6.180
	4.099	32.509	14.129	38.670

As provisões para créditos ou débitos fiscais são constituídas nos casos em que sua recuperação ou tributação futura seja efetivamente garantida. Normalmente, as provisões ativas ou passivas para créditos ou débitos fiscais podem ser constituídas sobre certas condições e com certas exceções, com relação às seguintes bases:

- Diferenças temporárias ocorridas na base de cálculo dos tributos devidos (não dedutíveis ou tributáveis no exercício corrente, porém possivelmente dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros);
- Prejuízos fiscais – imposto de renda; e
- Base negativa de cálculo da contribuição social.

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado do período. Os créditos e débitos fiscais diferidos foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no ativo ou passivo.

21. Patrimônio Líquido

Os principais assuntos no patrimônio líquido estão assim representados:

21.1.Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado, em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 602.351 mil (R\$ 602.351 mil, em 31 de dezembro de 2024), representado por 79.676.502 ações ordinárias escriturais (79.676.502 ações ordinárias escriturais, em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal.

Acionista	Ações	
	Ordinárias	%
Estado de Goiás	79.598.660	99,9023%
Outros	77.842	0,0977%
	79.676.502	100,0000%

21.2.Dividendos e reservas de lucro

O lucro líquido do exercício é distribuído da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, da Lei nº 6.404/1976, exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital;
- b) Compensação de prejuízos acumulados;
- c) Do lucro líquido do exercício diminuído da reserva legal e da compensação de prejuízos acumulados, 25% serão destinados a pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Quando sua distribuição, em determinado exercício, não estiver compatível com a situação financeira da companhia, segundo informações dos órgãos da administração à assembleia geral, é destinado à contabilização obrigatória em reserva especial – dividendo não distribuído correspondente ao valor do dividendo mínimo obrigatório; e

Notas Explicativas

d) O restante do lucro líquido do exercício terá como destinação a reserva de retenção de lucros, assim como qualquer ajuste de exercício anterior que ocorra em lucros acumulados. Essa reserva tem por finalidade financiar projetos de investimentos, da companhia, e não podem prejudicar o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, e pode também ser utilizada para compensação de prejuízos acumulados, ou, ser utilizada conforme determinação dada pelos acionistas em assembleia geral ordinária ou extraordinária.

Foram apurados os seguintes dividendos mínimos obrigatórios, assim como o pagamento efetivo de dividendos:

Controladora e Consolidado			
Descrição	30/09/2025	31/12/2024	
Lucro Líquido do Exercício	(44.639)	37.486	
(-) Constituição de Reserva Legal (5%)	-	(1.874)	
Lucro Líquido Ajustado	(44.639)	35.612	
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	-	8.903	
(+) Saldo de Dividendos a Pagar do Exercício Anterior	33	37	
(-) Reversão de Dividendos para Reserva Especial	-	(8.903)	
(-) Reversão de Dividendos por Prescrição	(1)	(2)	
Dividendos a Pagar	32	35	
Dividendos Pagos	-	2	
Saldo de Dividendos a Pagar	32	33	

22. Receita Operacional Líquida

A reconciliação por natureza entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida é demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Receita Operacional Bruta	16.113	17.245	5.245	5.225	30.720	26.782	10.288	8.305
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	1.375	590	665	243	1.375	590	665	243
Energia Elétrica de Curto Prazo - Não Faturado (a)	53	96	(140)	119	53	96	(140)	119
Serviços de Engenharia	83	71	15	25	83	71	15	25
Outros Serviços	124	67	47	46	-	-	-	1
Receita de Construção (b)	2.699	4.209	1.293	1.302	2.699	4.209	1.293	1.302
Receita de Remuneração do Ativo de Contrato (c)	6.715	7.243	1.673	1.872	18.605	15.143	5.678	4.517
Receita de Operação e Manutenção (d)	5.064	4.969	1.692	1.618	7.905	6.673	2.777	2.098
(-) Tributos Sobre a Receita	(1.421)	(1.563)	(459)	(466)	(1.985)	(1.914)	(671)	(581)
PIS	(173)	(167)	(60)	(56)	(257)	(220)	(89)	(73)
PIS Diferido	(79)	(110)	(22)	(26)	(95)	(120)	(30)	(30)
COFINS	(797)	(771)	(273)	(258)	(1.188)	(1.016)	(410)	(339)
COFINS Diferida	(362)	(508)	(101)	(122)	(435)	(551)	(139)	(135)
ISS	(10)	(7)	(3)	(4)	(10)	(7)	(3)	(4)
(-) Encargos do Consumidor	(402)	(355)	(126)	(113)	(573)	(462)	(186)	(149)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(95)	(89)	(32)	(30)	(219)	(167)	(76)	(56)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(33)	(32)	(12)	(10)	(80)	(61)	(28)	(20)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(274)	(234)	(82)	(73)	(274)	(234)	(82)	(73)
	14.290	15.327	4.660	4.646	28.162	24.406	9.431	7.575

(a) Situação normal: os montantes de receitas faturados e/ou pagos pelas outorgadas que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foram determinados pela CCEE e referendados pela empresa.

Notas Explicativas

(a) Situação excepcional: os montantes de receitas faturados e/ou pagos pelas outorgadas que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 1º a 30 de setembro de 2025, os referidos montantes foram estimados pela outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

(b) Receita de Construção, conforme ICPC 01 (R1): correspondente a serviços de aquisição de equipamentos/serviços incorporados ao ativo de contrato.

(c) Receita de Remuneração: se refere ao reconhecimento de ajuste a valor presente dos ativos de contrato das concessões de geração.

(d) Receita de Operação e Manutenção: remuneração destinada para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de contrato.

23. Custo de Construção

Conforme ICPC 01 (R1) os custos de construção correspondem a serviços de aquisição de equipamentos e serviços incorporados aos ativos de contrato. Os gastos, por natureza, com o custo de construção estão assim representados:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Pessoal	152	146	46	36	152	146	46	36
Materiais (a)	54	940	-	34	54	940	-	34
Serviços de Terceiros	2.200	2.663	1.102	1.082	2.200	2.663	1.102	1.082
Tributos	10	-	10	-	10	-	10	-
Gastos Diversos	5	24	1	16	5	24	1	16
	2.421	3.773	1.159	1.168	2.421	3.773	1.159	1.168

Notas Explicativas

24. Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Energia Comprada para Revenda	57	54	14	33	57	54	14	33
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	715	1.448	238	549	715	1.448	238	549
Pessoal	15.886	14.594	5.272	4.961	17.552	15.419	5.844	5.292
Administradores	4.187	3.950	1.356	1.196	4.228	3.973	1.365	1.203
Materiais	74	49	11	22	190	51	13	22
Serviços de Terceiros	4.590	5.028	1.436	1.325	8.184	7.060	2.686	2.009
Arrendamentos e Aluguéis	105	51	37	17	148	86	49	29
Depreciação de Arrendamento	517	467	159	156	517	467	159	156
Seguros	98	99	32	33	229	182	73	52
Doações, Contribuições e Subvenções	50	-	50	-	50	-	50	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	443	65	292	51
Provisão para Litígios Trabalhistas	(73)	-	(144)	-	(73)	-	(144)	-
Provisão para Litígios Cíveis	1.252	200	29	200	3.025	200	1.151	200
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	10	-	10	-	10	-	10	-
(-) Recuperação de Despesas	(42)	(17)	(5)	(1)	(42)	(52)	(5)	(36)
Tributos	311	387	87	249	343	394	97	252
Depreciação	18	86	6	19	21	87	7	20
Amortização	226	229	75	76	226	229	75	76
Gastos Diversos	84	27	7	16	106	212	13	195
	28.065	26.652	8.670	8.851	35.929	29.875	11.987	10.103
Custos Operacionais	3.443	4.305	1.124	1.482	9.447	6.319	3.822	2.284
Despesas Gerais e Administrativas	24.622	22.347	7.546	7.369	26.482	23.556	8.165	7.819
	28.065	26.652	8.670	8.851	35.929	29.875	11.987	10.103

24.1.Pessoal e administradores

Os gastos por natureza com pessoal e administradores está demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Pessoal	15.886	14.594	5.272	4.961	17.552	15.419	5.844	5.292
Remuneração	10.495	9.585	3.411	3.246	11.588	10.100	3.786	3.451
Encargos	3.595	3.322	1.186	1.112	3.986	3.504	1.324	1.185
Previdência Privada - Corrente	36	9	36	9	36	9	36	9
Despesas Rescisórias	1.582	1.548	522	553	1.764	1.676	581	606
Outros Benefícios - Corrente	88	130	27	41	88	130	27	41
Estagiários e Programa de Iniciação ao Trabalho	90	-	90	-	90	-	90	-
Administradores	4.187	3.950	1.356	1.196	4.228	3.973	1.365	1.203
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	4.073	3.841	1.316	1.158	4.114	3.864	1.325	1.165
Benefícios dos Administradores	114	109	40	38	114	109	40	38
	20.073	18.544	6.628	6.157	21.780	19.392	7.209	6.495

24.2.Remuneração dos administradores e empregados

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração, os conselheiros fiscais, os diretores, e os membros do comitê de auditoria estatutário.

A remuneração de empregados e dirigentes da CELGPARG observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração – PCR.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, foram R\$ 49 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da CELGPARG, a maior e menor remuneração correspondem a R\$ 59 e R\$ 2, respectivamente.

Notas Explicativas

A remuneração do conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria estatutário e da diretoria, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2025, está devidamente fixada por Assembleia Geral Ordinária, concomitante à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, de 29 de abril de 2025:

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	9	5	4	4	22
Remuneração fixa mensal individual	6	6	6	59	77
Remuneração fixa mensal Total	53	29	24	236	342
Valor total da remuneração anual (por órgão)	636	353	283	2.828	4.100

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária
Número de membros	9	5	3	4
Valor da maior remuneração individual	6	6	6	59
Valor da menor remuneração individual	6	6	6	59
Valor médio da remuneração individual	6	6	6	59

25. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Os saldos por natureza com outros resultados operacionais estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Demais Receitas e Rendas	(7.157)	(12.291)	(6.999)	(12.326)	(5.082)	(12.511)	(4.924)	(12.546)
Ajuste ao Valor Justo (a)	(158)	35	-	-	(158)	35	-	-
Ganhos (Perdas) em RTA/RTP	(6.999)	(12.326)	(6.999)	(12.326)	(4.924)	(12.546)	(4.924)	(12.546)
Ganhos na Alienação de Bens Não Reversíveis (b)	235	1.110	73	-	235	1.110	73	-
(-) Tributos Sobre a Receita	648	1.140	648	1.140	600	1.149	600	1.149
PSDiferido	116	203	116	203	108	205	108	205
CORNSDiferida	532	937	532	937	492	944	492	944
Outras Receitas Operacionais	(6.274)	(10.041)	(6.278)	(11.186)	(4.247)	(10.252)	(4.251)	(11.397)
Ajuste ao Valor de Mercado de Investidas (c)	(114.337)	-	(114.337)	-	(114.337)	-	(114.337)	-
Perdas na Desativação de Bens Reversíveis	(518)	-	(518)	-	(518)	-	(518)	-
Perdas na Desativação de Bens Não Reversíveis	(17)	-	(17)	-	(17)	-	(17)	-
Perdas na Alienação de Bens Não Reversíveis	(16.283)	-	-	-	(16.283)	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(131.155)	-	(114.872)	-	(131.155)	-	(114.872)	-
	(137.429)	(10.041)	(121.150)	(11.186)	(135.402)	(10.252)	(119.123)	(11.397)

- (a) Ajuste ao valor justo dos imóveis inservíveis à concessão em linha com o CPC 28 – Propriedade para Investimento.
- (b) Corresponde ao ganho de capital nas alienações de propriedades para investimento.
- (c) Ajuste ao valor justo das investidas (valor justo menor despesas de venda), conforme nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

26. Receitas (Despesas) Financeiras - Resultado Líquido

O resultado financeiro líquido tem a seguinte composição por natureza:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Resultado Financeiro	47.907	19.068	9.680	7.086	48.127	18.544	9.812	6.951
Receita com Aplicações Financeiras	23.756	15.285	9.167	5.102	24.657	15.570	9.517	5.215
Multas e Acréscimos Moratórios	9	6	1	3	10	8	1	4
Variações Monetárias	155	301	49	87	157	304	49	90
Variações Monetárias - UFVs	4.275	-	372	-	4.275	-	372	-
Deságio na Aquisição de Investimentos (b)	19.113	59	-	59	19.113	59	-	59
Juros sobre Empréstimos (a)	2.022	2.756	614	863	2.022	2.756	614	863
Outras Receitas Financeiras	21	1.591	1	1.356	21	1.591	1	1.356
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.369)	(845)	(504)	(358)	(1.371)	(851)	(507)	(360)
IOF	(86)	(32)	(27)	(11)	(92)	(38)	(30)	(13)
IOF Diferido	128	115	3	(2)	132	115	3	(2)
PIS	(197)	(130)	(67)	(48)	(197)	(130)	(67)	(48)
COFINS	(1.214)	(798)	(413)	(297)	(1.214)	(798)	(413)	(297)
Receitas Financeiras	47.982	19.153	9.700	7.112	48.884	19.437	10.047	7.227
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	(664)	(808)	(207)	(259)
Multas e Acréscimos Moratórios	(1)	-	-	-	(2)	-	(1)	-
Ajuste a Valor Presente	(34)	(53)	(6)	(16)	(34)	(53)	(6)	(16)
Variações Monetárias	(14)	(8)	(4)	(4)	(31)	(8)	(11)	5
Amortização de Ágio na Aquisição de Investimentos	(26)	(24)	(10)	(6)	(26)	(24)	(10)	(6)
Despesas Financeiras	(75)	(85)	(20)	(26)	(757)	(893)	(235)	(276)

(a) Juros sobre contrato particular de mútuo financeiro firmado entre a CELGP e a Equatorial Goiás (anterior controlada CELG D), com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a., conforme nota explicativa nº 7.

(b) Refere-se ao deságio ocorrido na aquisição da Lago Azul.

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição do imposto de renda e contribuição social é formada pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Contribuição Social Corrente	-	39	-	31	183	137	62	62
Imposto de Renda Corrente	-	92	-	77	342	265	115	132
Contribuição Social Diferida	(8.485)	(578)	(10.731)	(881)	(8.404)	(549)	(10.684)	(871)
Imposto de Renda Diferido	(23.567)	(1.606)	(29.808)	(2.447)	(23.384)	(1.536)	(29.705)	(2.419)
	(32.052)	(2.053)	(40.539)	(3.220)	(31.263)	(1.683)	(40.212)	(3.096)

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Controladora						
Descrição	01/01/2025 a 30/09/2025			01/01/2024 a 30/09/2024		
	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.691)	(76.691)	(76.691)	20.357	20.357	20.357
Base de Cálculo	(76.691)	(76.691)		20.357	20.357	
Imposto de Renda e Contribuição Social (9% e 25%)		(6.902)	(11.503)		1.832	5.089
Efeitos Fiscais sobre:						
Diferenças Permanentes		(2.600)	(13.760)		(2.371)	(6.585)
Diferenças Temporárias		8.485	23.567		578	1.606
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa		1.017	1.696		-	-
Adicional de Imposto de Renda		-	-		-	(18)
Programa Empresa Cidadã		-	-		-	(23)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-		39	92
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(8.485)	(23.567)		(578)	(1.606)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(8.485)	(23.567)		(539)	(1.514)
Alíquota Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social		11,1%	30,7%		-2,6%	-7,4%

Consolidado						
Descrição	01/01/2025 a 30/09/2025			01/01/2024 a 30/09/2024		
	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ	Receita ou Lucro	CSLL	IRPJ
Receita Anual Permitida - RAP (12% e 8%)	13.031	1.564	1.042	8.169	980	654
Receitas Financeiras (100%)	474	474	474	108	108	108
Ativo de Contrato - Receita Financeira (12% e 8%)	11.890	1.427	951	7.900	948	632
Ativo de Contrato - Amortização (12% e 8%)	2.075	249	166	(220)	(26)	(18)
Ativo de Contrato - Amortização (12% e 8%)	(10.190)	(1.223)	(815)	(6.465)	(776)	(517)
Receitas com Aplicações Financeiras - Provisão (100%)	430	430	430	182	182	182
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.691)	(76.691)	(76.691)	20.357	20.357	20.357
Base de Cálculo		(73.770)	(74.443)		21.773	21.398
Imposto de Renda e Contribuição Social (9% e 25%)		(6.638)	10.942		1.960	5.349
Efeitos Fiscais sobre:						
Diferenças Permanentes		(2.600)	(13.760)		(2.372)	(6.584)
Diferenças Temporárias		8.404	23.384		549	1.536
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa		1.017	1.696		-	-
Adicional de Imposto de Renda		-	(36)		-	(36)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		183	342		137	265
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(8.404)	(23.384)		(549)	(1.536)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(8.221)	(23.042)		(412)	(1.271)
Alíquota Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social		11,1%	31,0%		-1,9%	-5,9%

28. Lucro por Ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2025 e 2024, não houve diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

29. Demonstração do Resultado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do período segregado por atividade das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T), Comercialização (C) e Atividades Não Vinculadas (ANV):

Controladora								
Descrição	G	C	ANV	01/01/2025 a 30/09/2025	G	C	ANV	01/01/2024 a 30/09/2024
Operações em Continuidade								
Receita Operacional Líquida	13.733	379	178	14.290	15.033	175	119	15.327
Custo de Construção	(2.421)	-	-	(2.421)	(3.773)	-	-	(3.773)
Custos Operacionais	(3.443)	-	-	(3.443)	(4.305)	-	-	(4.305)
Lucro Bruto Operacional	7.869	379	178	8.426	6.955	175	119	7.249
Despesas Gerais e Administrativas	(18.076)	(686)	(5.860)	(24.622)	(22.347)	-	-	(22.347)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(6.869)	-	(130.560)	(137.429)	(11.186)	-	1.145	(10.041)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	29.027	29.027	-	-	26.428	26.428
Lucro (Prejuízo) Antes das Rec. e Desp .Financeiras	(17.076)	(307)	(107.215)	(124.598)	(26.578)	175	27.692	1.289
Receitas e Despesas Financeiras	20.098	781	27.028	47.907	19.033	-	35	19.068
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e Contribuição Social	3.022	474	(80.187)	(76.691)	(7.545)	175	27.727	20.357
Imposto de Renda e Contribuição Social	540	(6)	31.518	32.052	2.497	(54)	(390)	2.053
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	3.562	468	(48.669)	(44.639)	(5.048)	121	27.337	22.410

Consolidado										
Descrição	G	T	C	ANV	01/01/2025 a 30/09/2025	G	T	C	ANV	01/01/2024 a 30/09/2024
Operações em Continuidade										
Receita Operacional Líquida	13.733	13.872	379	178	28.162	15.033	9.146	175	52	24.406
Custo de Construção	(2.421)	-	-	-	(2.421)	(3.773)	-	-	-	(3.773)
Custos Operacionais	(3.443)	(6.004)	-	-	(9.447)	(4.305)	(2.014)	-	-	(6.319)
Lucro Bruto Operacional	7.869	7.868	379	178	16.294	6.955	7.132	175	52	14.314
Despesas Gerais e Administrativas	(18.076)	(1.860)	(686)	(5.860)	(26.482)	(22.347)	(1.209)	-	-	(23.556)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(6.869)	2.027	-	(130.560)	(135.402)	(11.186)	(211)	-	1.145	(10.252)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	21.561	21.561	-	-	-	21.677	21.677
Lucro (Prejuízo) Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(17.076)	8.035	(307)	(114.681)	(124.029)	(26.578)	5.712	175	22.874	2.183
Receitas e Despesas Financeiras	20.098	220	781	27.028	48.127	19.033	(524)	-	35	18.544
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.022	8.255	474	(87.653)	(75.902)	(7.545)	5.188	175	22.909	20.727
Imposto de Renda e Contribuição Social	540	(789)	(6)	31.518	31.263	2.497	(370)	(54)	(390)	1.683
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	3.562	7.466	468	(56.135)	(44.639)	(5.048)	4.818	121	22.519	22.410

30. Seguros

A CELGP, em 30 de setembro de 2025, não tem contratada apólices de seguro dos bens e instalações vinculados aos contratos de concessão das atividades de geração. A companhia adota uma política preventiva com relação à contratação de seguros, procurando colocar os ativos da geração devidamente assegurados, dentro da matriz de risco. Contudo, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 90, quase que totalmente depreciadas contabilmente, mas em boas condições operacionais, não tem encontrado no mercado de seguradoras, empresas que se disponham a efetuar o seguro patrimonial.

De mais a mais, sabendo da impossibilidade de contratação do seguro patrimonial, para usinas de elevada idade e depreciados equipamentos, o poder concedente, desde 2020, não tem incluído cláusula de seguros nos contratos de concessão e prestação de serviços, fato que não tem impedido as tentativas da CELGP de assegurar seus bens. Por esses motivos, em 30 de setembro de 2025, a companhia não possui cobertura de seguro para esses ativos.

A companhia mantém seguro de responsabilidade civil dos seus administradores (seguro D&O), com apólice contratada e vigente até 03 de fevereiro de 2026.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2025, as apólices de seguro existentes, especificadas por modalidade de risco e data de vigência, estão demonstradas no quadro seguir:

Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Fiança Locatícia	11/03/2022 a 10/03/2026	1.857	29
Garantia Judicial	02/05/2023 a 02/05/2026	17.824	32
Veicular	12/04/2025 a 12/04/2026	FIPE	6
Risco Operacional (D&O)	03/02/2025 a 03/02/2026	10.000	86
Patrimonial	23/03/2025 a 23/03/2026	4.840	2
			155

31. Instrumentos Financeiros e Riscos Operacionais

Em atendimento à Resolução CVM nº 76, de 22 de março de 2022, que aprova o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e a Resolução CVM nº 121, de 03 de junho de 2022, que aprova o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles:

- a) numerário disponível (equivalente ao valor contábil); e
- b) contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável).

31.1.Riscos

Os negócios da CELGP compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a CELGP vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a companhia atua na gerência das contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa, quando existentes, são adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

Notas Explicativas

Risco quanto à escassez de energia

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à não ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a CELGP.

Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br ainda não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

32. Transações com Partes Relacionadas

Os detalhes a respeito das transações entre a companhia e suas investidas estão apresentados a seguir:

	Controladora					
Descrição	30/09/2025		31/12/2024		30/09/2025	30/09/2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Contas a Receber	-	-	-	-	124	67
Firminópolis	-	-	-	-	124	67
Dividendos a Receber (a)	245	-	8.216	-	-	-
Corumbá III	-	-	4.596	-	-	-
Pantanal	245	-	1.025	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	-	-	976	-	-	-
Lago Azul	-	-	790	-	-	-
Firminópolis	-	-	829	-	-	-
Dividendos a Pagar (a)	-	32	-	33	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	32	-	33	-	-
Redução de Capital (b)	-	17	-	17	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	17	-	17	-	-
Equivalência Patrimonial (c)	-	-	-	-	29.027	26.428
Corumbá III	-	-	-	-	15.457	14.474
Fazenda Velha	-	-	-	-	633	475
Pantanal	-	-	-	-	5.556	3.109
Vale do São Bartolomeu	-	-	-	-	385	2.972
Lago Azul	-	-	-	-	1.606	669
Firminópolis	-	-	-	-	5.730	4.751
Planalto	-	-	-	-	(340)	(22)
	245	49	8.216	50	29.151	26.495

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado					
	30/09/2025		31/12/2024		30/09/2025	30/09/2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Dividendos a Receber (a)	245	-	7.387	-	-	-
Corumbá III	-	-	4.596	-	-	-
Pantanal	245	-	1.025	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	-	-	976	-	-	-
Lago Azul	-	-	790	-	-	-
Dividendos a Pagar (a)	-	32	-	33	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	32	-	33	-	-
Redução de Capital (b)	-	17	-	17	-	-
Estado de Goiás e Outros	-	17	-	17	-	-
Equivalência Patrimonial (c)	-	-	-	-	21.561	21.677
Corumbá III	-	-	-	-	15.457	14.474
Fazenda Velha	-	-	-	-	633	475
Pantanal	-	-	-	-	5.556	3.109
Vale do São Bartolomeu	-	-	-	-	385	2.972
Lago Azul	-	-	-	-	(130)	669
Planalto	-	-	-	-	(340)	(22)
	245	49	7.387	50	21.561	21.677

(a) Valor de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos a pagar e a receber.

(b) Restituição de Capital disponível a acionistas.

(c) Resultado da equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 11.

33. Evento Subsequente

Alienação de participações societárias

A CELGP, sociedade de economia mista, no processo de desestatização alienou suas participações societárias em empresas atuantes nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, contando com assessoria técnica especializada e apoio operacional da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, conforme Edital CELGP nº 01/2025 e retificações. A sessão pública do leilão foi realizada em 03 de outubro de 2025, na sede da B3, em São Paulo, e contemplou quatro lotes, conforme segue:

a)Lote A: 100% das ações de emissão da Firminópolis Transmissão S.A. e 100% das ações de emissão da Lago Azul Transmissão S.A., com preço mínimo de R\$ 62.191 mil, arrematadas pela EDP Transmissão Goiás S.A. (CNPJ nº 07.779.299/0001-73) pelo valor de R\$ 83.623 mil, representando ágio de 34,46% em relação ao preço inicial. A alienação das ações da Firminópolis Transmissão S.A. e da Lago Azul Transmissão S.A. foi realizada no modo de alienação fiduciária em garantia, com disputa em viva-voz, e critério de julgamento pelo maior valor ofertado.

b)Lote B: 49% das ações de emissão da Pantanal Transmissão S.A., com preço mínimo de R\$ 31.903 mil, arrematadas pela Órion Transmissão S.A. (CNPJ nº 36.113.075/0001-26) pelo valor de R\$ 43.131 mil, ou seja, com ágio de 35,19% em relação ao preço inicial.

Notas Explicativas

c)Lote C: 20% das ações de emissão da Energética Fazenda Velha S.A., com preço mínimo de R\$ 8.749 mil, arrematadas pela Hy Brazil Energia S.A. (CNPJ nº 10.730.282/0001-36) por aquele valor.

d)Lote D: 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais ambas de emissão da Energética Corumbá III, totalizando 37,5% do capital social total da companhia, com preço mínimo de R\$ 91.840 mil, arrematadas pela Neoenergia Renováveis S.A. (CNPJ nº 12.227.426/0001-61) pelo mesmo valor.

Em 03 de novembro de 2025 a CELGP e a comissão comunicaram, por meio do Aviso do Edital CELGP nº 01/2025, a convocação das arrematantes de cada um dos lotes para assinatura do contrato de compra e venda, de forma eletrônica, no dia 12 de novembro de 2025, até às 14h.

A transferência do controle acionário das referidas companhias está condicionada à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Notas Explicativas**AUTORIZAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 10 de novembro de 2025 e serão apreciadas pelo Conselho Fiscal em agosto de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Savio de Faria Caram Zuquim

Membros: Savio de Faria Caram Zuquim, Renato Rodrigues de Lyra, Leonardo Lopes Saad, Dionizio Jerônimo Alves, Breno do Carmo Moreira Vieira, David Aires Leste, Enio Landim Dantas e Leandro Neves de Oliveira Bando.

CONSELHO FISCAL

Vice-Presidente: Marcio Cesar Pereira

Membros: Daniel Garcia de Oliveira, Marcio Cesar Pereira, Marcos Tadeu de Andrade, Pedro Henrique Ramos Sales e Rafael de Souza Morsch.

DIRETORIA

Adriano da Rocha Lima

Diretor Presidente

CPF nº 014.499.017-27

Luiz Evandro Leite

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

CPF nº 081.929.308-31

Gustavo Mendanha Melo

Diretor de Gestão Corporativa

CPF nº 983.276.401-78

Marcos Roberto Silva

Diretor Técnico e Comercial

CPF nº 938.380.341-04

Cleiton Silva Ferreira

Contador CRC-GO 018721/O-6

CPF nº 964.944.921-34

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações - CELGP
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia CELG de Participações – CELGP (“companhia” ou “CELGP”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 1.9, 8 e 33, a CELGP apresenta em 30 de setembro de 2025 ativo não circulante mantido para venda, no valor de R\$ 180.930 mil, referente as participações societárias em empresas atuantes nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, e divulgado no Edital CELGP nº 01/2025 (100% das ações de emissão da Firminópolis Transmissão S.A., 100% das ações de emissão da Lago Azul Transmissão S.A., 49% das ações de emissão da Pantanal Transmissão S.A., 20% das ações de emissão da Energética Fazenda Velha S.A., e 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais ambas de emissão da Energética Corumbá III, totalizando 37,5% do capital social total da companhia).

A administração da companhia tomou conhecimento do Relatório Parcial de Acompanhamento de Conformidade nº 01/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Processo nº 202400047004186), datado de 11 de setembro de 2025, que identificou indícios e a possibilidade de inconsistências e distorções na metodologia, fundamentos e cálculos da avaliação econômico-financeira, e, consequentemente, na definição do valores mínimos de alienação das investidas. Em decorrência desse assunto, será necessária a realização de determinados procedimentos adicionais e extensivos de auditoria para concluir sobre a adequação dos valores decorrentes dos cálculos da avaliação econômico-financeira das investidas, bem como sobre os saldos das investidas em 30 de setembro de 2025, por outra firma independente, os quais não foram executados até essa data.

Considerando que se trata de um relatório parcial de acompanhamento de conformidade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, portanto, sem conclusão definitiva até a presente data, os possíveis impactos decorrentes da resolução final deste tema, se houver, sobre as informações contábeis intermediárias da companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025 não são conhecidos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações complementares em decorrência deste assunto, nas referidas informações contábeis intermediárias.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, com exceção dos efeitos do assunto mencionado no parágrafo anterior intitulado “B ase para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

(a) Controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A

Conforme nota explicativa nº 1.6, a controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A. foi constituída em abril de 2017 com objetivo de construir e operar Usinas Fotovoltaicas (“UFV”), iniciando suas atividades operacionais em agosto de 2024, com a construção da primeira UFV, que foi concluída em dezembro de 2024. A previsão é de que as primeiras receitas serão geradas a partir do quarto

trimestre de 2025. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(b) Incerteza relacionada com a continuidade operacional e processo de desestatização

Chamamos a atenção para notas explicativas nºs 1.8, 1.9 e 33, que tratam da Lei Estadual nº 22.286/2023 e o Ofício nº 3357/2023/SGG, e sobre o processo de desestatização e alienação da companhia e das participações societárias em outros empreendimentos. No trimestre findo em 30 de setembro de 2025 e de 2024, a CELGP apresentou prejuízos operacionais contábeis, antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido, nos valores de R\$ 153.625 mil e de R\$ 25.139 mil, respectivamente. Eventos e condições essas que indicam a existência de incerteza relevante e que podem levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da companhia. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(c) Nível de segurança da barragem da PCH Rochedo

Conforme disposto na nota explicativa nº 1.10, estudo independente de estabilidade da UHE Rochedo (GP2665 – RE-INS-2665-001_rev06), concluiu que o nível de segurança da barragem PCH Rochedo está classificada como de classe “A”, requerendo monitoramento e reparos das anomalias, e que a barragem se encontra com nível de segurança de “atenção”. A CELGP deu início as ações de reparo e recuperação definidas no relatório do estudo de estabilidade das barragens de terra e concreto (GP2665 – RE-CON-2665-002-R04) datado de fevereiro de 2024. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(d) Apresentação e reporte da DFC pelo método indireto

Conforme nota explicativa nº 2.4, a administração da CELGP decidiu a partir do exercício de 2025 utilizar para fins de reporte a apresentação da DFC pelo método indireto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

(e) Seguros dos principais ativos da companhia

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 30, pois a CELGP não mantém apólices de seguro patrimonial para os ativos e instalações vinculadas aos contratos de concessão das atividades de geração de energia elétrica, em virtude de não ter encontrado no mercado seguradora interessada em firmar contrato de seguro. Nossa conclusão não está modificada quanto a esse assunto.

(f) Leilão para alienação das participações acionárias em investidas

Conforme notas explicativas nºs 1.9 e 33, a CELGP, sociedade de economia mista, no processo de desestatização alienou suas participações societárias em empresas atuantes nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, em operação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, conforme Edital CELGP nº 01/2025 e retificações. A sessão pública do leilão foi realizada em 03 de outubro de 2025, na sede da B3, em São Paulo, e contemplou quatro lotes. Em 03 de novembro de 2025 a CELGP e a comissão comunicaram, por meio do Aviso do Edital CELGP nº 01/2025, a convocação das arrematantes de cada um dos lotes para assinatura do contrato de compra e venda, de forma eletrônica, no dia 12 de novembro de 2025, até às 14h. A transferência do controle acionário das referidas companhias está condicionada à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

(i) Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CELGP e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

(ii) Demonstrações financeiras de 30 de setembro e findas em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras intermediárias da CELGP para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, foram por nós revisadas, com a emissão de relatório dos auditores independentes sobre a revisão daquelas demonstrações financeiras em 12 de novembro de 2024, com conclusão sem modificação de opinião e com parágrafos de ênfases; e as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024 foram por nós auditadas, com emissão de relatório dos auditores independentes, em 14 de março de 2025, sem modificação na opinião e com parágrafos de ênfases.

Maceió/AL, 10 de novembro de 2025.

C O N V I C T A

Auditores Independentes S/S Ltda

CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62

Carlos Henrique do Nascimento

Contador

CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Celg de Participações-CELGP, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram as Demonstrações Financeiras Intermediárias e os respectivos documentos complementares, referentes ao trimestre encerrado em 30.09.2025. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, emitido com ressalvas pela Convicta Auditores Independentes S.S., em 10.11.2025, o Comitê compreende o fundamento técnico da ressalva apresentada pelos Auditores quanto ao ativo não circulante mantido para venda (R\$ 180.930 mil), relativo às participações societárias citadas nas notas explicativas nº 1.9, 8 e 33. Todavia, entende que o relatório do TCE-GO mencionado tem caráter preliminar e não configura distorção relevante nem limitação de escopo que comprometa a fidedignidade das demonstrações. Assim, na visão do Comitê, o tema poderia ser tratado como parágrafo de ênfase, conforme os critérios da NBC TA 705 e dos pronunciamentos CPC 31 e CPC 26. Ainda assim, compreendemos a independência técnica dos Auditores e entendemos que a ressalva não afeta a transparência nem a regularidade das informações apresentadas. Dessa forma, o Comitê opina que as Demonstrações Financeiras Intermediárias e o Relatório dos Auditores Independentes estão aptos a serem submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, nos termos do §1º do Art. 67 do Estatuto Social.

Goiânia, 13 de novembro de 2025.

Dionizio Jerônimo Alves
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Bianca Christine Martins Rezende Steindorff
Integrante do Comitê de Auditoria Estatutário

Petersonn Gomes Caparrosa Silva
Integrante do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Diretores da Companhia Celg de Participações – CELGP, em cumprimento ao disposto no art. 27, inciso VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, findas em 30 de setembro de 2025.

Goiânia-GO, 10 de novembro de 2025.

DIRETORIA

Adriano da Rocha Lima Luiz Evandro Leite
Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
CPF nº 014.499.017-27 CPF nº 081.929.308-31

Gustavo Mendanha Melo Marcos Roberto Silva
Diretor de Gestão Corporativa Diretor Técnico e Comercial
CPF nº 983.276.401-78 CPF nº 938.380.341-04

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia Celg de Participações – CELGP, em cumprimento ao disposto no art. 27, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e às disposições estatutárias, declaram que reviram e discutiram as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, concordando parcialmente com o relatório emitido pela Convicta Auditores Independentes S.S. Ltda., datado de 10 de novembro de 2025, referente às Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, findas em 30 de setembro de 2025.

O motivo da concordância parcial se refere à base para conclusão com ressalva do Relatório dos Auditores Independentes, que chama a atenção para as notas explicativas nº 1.9, 8 e 33, e que cita o Relatório Parcial de Acompanhamento de Conformidade nº 01/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, relacionado ao processo de desestatização e alienação das participações societárias da CELGP. Conforme descrito na base para conclusão com ressalva, o referido relatório encontra-se em fase preliminar de análise, sem conclusão definitiva, e seus possíveis efeitos, se houver, não são conhecidos até a presente data.

As notas 1.9, 8 e 33 constituem um bloco contábil e econômico único, sustentando a transparência do processo de desestatização da CELGP. Essas notas fundamentam a divulgação contábil do ativo não circulante mantido para venda e dos efeitos subsequentes, demonstrando a divulgação adequada e tempestiva conforme CPC 31 e CPC 26.

A NBC TA 705, combinando seus itens 6 e 7, determina que a modificação da opinião (ressalva, adversa ou abstenção) é cabível apenas quando: há distorção relevante nas demonstrações contábeis; ou há limitação de alcance que impeça evidência apropriada e suficiente. No caso em análise, não há distorção identificada nem limitação de escopo.

Informamos ainda que a mensuração dos ativos não circulante mantidos para venda seguiu uma base fundamentada em laudos (valuations) de empresa terceirizada independente, e no preço que a CELGP ratificou em edital para alienação de participações societárias.

Diante do exposto, entendemos que a ressalva deveria estar como parágrafo de ênfase. Contudo, respeitamos a opinião dos auditores independentes.

Goiânia-GO, 10 de novembro de 2025.

DIRETORIA

Adriano da Rocha Lima Luiz Evandro Leite
Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
CPF nº 014.499.017-27 CPF nº 081.929.308-31

Gustavo Mendanha Melo Marcos Roberto Silva
Diretor de Gestão Corporativa Diretor Técnico e Comercial
CPF nº 983.276.401-78 CPF nº 938.380.341-04